**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião realizada em 07 de dezembro de 2012, às 10 horas e 01 minuto, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, sob a presidência da Deputada **Elcione Barbalho (PMDB/PA)** e com a presença da **Senadora Ana Rita (PT-ES).** Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ângela Portela (PT/RR),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados:**, Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Jô Moraes (PCdoB-MG), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Delegada Cristiane Lobato**, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Policia Civil do Estado do Pará; **Maria da Conceição Carneiro Oliveira,** Coordenadora Estadual de Saúde da Mulher do Estado do Pará; **Maria Alves dos Santos**, Secretária de Assistência Social do Estado do Pará; **Dra. Maria de Nazaré Saaveira Guimarães**, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; **Dr. Sandro Garcia de Castro**, Promotor de Justiça do Estado do Pará; **Dra. Rossana Parente**, Defensora Pública do Estado do Pará; **Nilde Souza,** representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; **Eunice Guedes**, representante do Fórum de Mulheres da Amazônia e **Fátima Matos,** representante do Centro de Defesa dos Negros e Negras do Pará.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Bom dia!

Eu pediria a todos que sentassem, por favor! Vamos dar início à nossa reunião.

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº4 de 2011 – CN, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, na cidade de Belém, com os seguintes convidados. Nós convidamos estas autoridades, muitas das quais mandaram os seus representantes, parece-me até que com o sentido de prestigiar as mulheres, cuja incidência é maior, com o devido respeito ao Dr. Sandro. Mas queremos agradecer a presença de todos vocês:

O Dr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, indicou a Drª Christiane Lobato; o Dr. Hélio Franco de Macedo Junior, Secretário de Saúde do Estado do Pará, indicou a Drª Maria da Conceição Oliveira; a Drª Maria Alves dos Santos, que é Secretária de Assistência Social do Estado do Pará, deve estar aqui também; o Dr. José Acreano Brasil Júnior, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, não está presente nem mandou representante algum; a Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, está aqui representada pela Drª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, a quem agradecemos; o Dr. Antonio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, está representado aqui pelo Dr. Sandro Garcia de Castro, Procurador de Justiça; e o Dr. Luiz Carlos de Aguiar Portela, Defensor Público do Estado do Pará, está representado pela Drª Arlete Rose da Costa Guimarães, que é a Coordenadora do Núcleo de Atendimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Nós queremos, neste momento, deixar claro que apoiamos a iniciativa, e que, por questões até de oportunizar outras companheiras que fazem parte da nossa Câmara Federal, eu abri mão de participar desta CPMI e dei o meu lugar à Deputada Nilda. Estou aqui para representá-la, até mesmo porque sou Procuradora da Mulher na Câmara Federal e, com muita honra, fiz questão de estar presente neste momento. A Deputada Jô, que é a Presidente desta CPMI, encontra-se no Haiti, também numa atividade da Câmara, mas temos, aqui, essa guerreira, essa grande mulher que tem corrido o Brasil para fazer esse relatório que considero de fundamental importância. A presidência de uma comissão é muito importante, mas o conteúdo, o resultado final, com certeza, ficará a cargo da responsabilidade que a Senadora Ana Rita está trazendo neste momento.

Quero agradecer, Ana Rita, a vinda de vocês até aqui, ao meu Estado, e lamento profundamente que estejamos encontrando algumas situações delicadas, mas vamos tentar somar junto com a sociedade, pelo menos para minorar esses problemas que encontramos e melhorar a qualidade de vida da mulher, não só paraense, mas da mulher brasileira.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Rita, que é Relatora, informo que os convidados terão 20 minutos para suas exposições.

Passo, então, a palavra à Senadora Ana Rita, nossa Relatora da CPMI.

Não havendo mais...

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Bom dia! Cumprimento todos vocês, cumprimento os representantes das instituições públicas que foram convidados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se fazem presentes. Só lamentamos que a maior parte dos titulares não está aqui, mas enviou seus representantes.

Queremos aqui também cumprimentar os movimentos sociais, representando aqui as várias organizações de mulheres; cumprimentar também os servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública; cumprimentar também os funcionários da Assembleia Legislativa e, ao mesmo tempo, quero aqui fazer um agradecimento à Assembléia Legislativa por ceder este espaço para que a CPMI pudesse realizar esta audiência pública.

Quero aqui também agradecer à Coordenadoria Estadual da Mulher, que nos acolheu no dia de ontem e nos acompanhou nas diligências. Também cumprimentar e agradecer à Deputada Elcione Barbalho, que está aqui hoje com a missão de presidir esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; também agradecer à Delegacia da Mulher, às Varas de Violência – 1ª, 2ª e 3ª –, à Promotoria, à Defensoria Pública e também aos servidores da Casa de Detenção e do Centro de Referência, que nos receberam ontem e nos acolheram, nos passaram informações e foram muito solícitos.

Quero também dizer que as diligências realizadas ontem aqui no Estado do Pará aconteceram na 3ª Vara da Violência Doméstica, mas também tivemos oportunidade de ouvir o juiz e a juíza que atendem a 1ª e a 2ª Varas e também os seus servidores. Visitamos também a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e a Casa de Detenção Feminina.

Fizemos ainda, ontem à noite, uma reunião bastante representativa com as mulheres, com diversas entidades.

Conforme vocês sabem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é composta por Parlamentares da Câmara Federal e do Senado Federal. Foi instituída no mês de fevereiro deste ano, portanto estamos trabalhando desde aquele mês. Esta Comissão tem como objetivo investigar a situação de violência em que vivem as mulheres no País, mas também apurar se o Estado brasileiro está sendo omisso ou não na implementação da nossa legislação que protege as mulheres, em especial a Lei Maria da Penha.

O Estado do Pará foi escolhido dentro do critério previsto. Selecionamos os 10 Estados com os maiores índices de violência, de acordo com o Mapa da Violência do Instituto Sangari. O Estado do Pará está em 4º lugar em homicídios contra as mulheres, por isso foi escolhido para a CPMI estar presente.

Além dos 10 Estados mais violentos, de acordo com o Mapa da Violência, a CPMI também indicou quatro Estados mais populosos da Federação para serem visitados; e outros Estados também foram incluídos, com a indicação das Parlamentares que compõem a CPMI. Então, o Estado do Pará é o 15º que estamos visitando, mais o Distrito Federal, e vamos, a partir da semana que vem, ao Estado de Roraima e também ao Estado do Ceará. Desta forma, vamos concluir as diligências e as audiências públicas realizadas nos Estados. Já fomos também no Estado de Goiás; o Pará é o 15º Estado.

O Estado do Pará, como eu disse, é o quarto Estado onde mais se matam mulheres, com uma taxa de 6,1 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A média nacional é de 4,6 assassinatos; e Belém, a capital, ocupa a 21ª posição, com 4,9 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A cidade de Paragominas é a cidade mais violenta do País, não é do Estado do Pará, mas é do País, com uma taxa de 24,7 mortes de mulheres para cada 100 mil mulheres. E o Estado tem sete Municípios entre os 100 mais violentos do País, conforme o mapa da violência do Instituto Sangari.

E é bom também aqui informar que o mapa da violência do Instituto Sangari é o que subsidia o Ministério da Justiça na implementação de suas políticas. Então, este é o mapa mais confiável que nós temos no País e a partir dele a CPMI se tem orientado.

O que nós queremos com esta audiência pública aqui hoje? Assim como nós estamos procedendo em todos os Estados, queremos saber que políticas os Poderes Públicos deste Estado estão realizando para tirar o Estado do Pará desta incômoda posição de ser o 4º Estado em homicídios contra as mulheres? Que políticas públicas o Governo do Estado está implementando, através das suas diversas secretarias? Que políticas públicas todo o sistema de Justiça está implementando, para serem adotadas por seus órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência?

Então, nós queremos aqui, com o convite feito às autoridades presentes, saber, das diversas secretarias, o que elas estão realizando no sentido de enfrentar de vez o problema da violência aqui no Estado do Pará.

Ontem, nós pudemos observar, nas diligências que fizemos, que aqui há muitos problemas. É claro que tem iniciativas interessantes, há servidores altamente comprometidos, servidores que se dedicam muito.

E quero aqui fazer um destaque: a Defensoria Pública do Estado, na pessoa de um de seus defensores, que é o Dr. Daniel. E fazer um apelo: o Estado do Pará está sendo completamente omisso no que se refere à assistência judiciária aos seus cidadãos e cidadãs, em especial às mulheres. É inadmissível que o Estado do Pará, com índice tão alto de violência contra as mulheres, portanto, parte-se do princípio de que também há um índice muito alto de agressores, só tenha um defensor público, um apenas, para atender os homens agressores. Um defensor que, se ficar doente, não tem quem o substitua, infelizmente. Então, nós fazemos aqui este registro.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se sente indignada com esta situação. E é preciso que a Defensoria Pública seja ampliada, com mais profissionais. Portanto, o Governo do Estado precisa tomar as providências necessárias o mais urgente possível para que a Defensoria Pública seja composta de número de servidores suficientes para dar assistência judiciária não só às mulheres em situação de violência, mas também aos agressores que cometem essas violências e também têm o direito de ter assistência judiciária.

Eu quero aqui também, antes de prosseguir, fazer um agradecimento e registrar a presença da minha ex-companheira de Senado, a Senadora Marinor, hoje eleita Vereadora pelo Estado do Pará. E faço um convite para que você possa compor a mesa, porque me parece que você é a única Parlamentar presente aqui neste plenário. Tem mais alguém? *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Tem o Abel Loureiro, que chegou ainda agora.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Então, Vereador, faço um convite também para que o senhor possa estar presente conosco aqui nesta mesa. Os Parlamentares presentes: Vereador Dr. Abel Loureiro, aqui de Belém. Então, Vereador Dr. Abel e Vereadora Marinor, ex-Senadora da República.

Então, prosseguindo, posteriormente farei também algumas observações, mas quero aqui já levantar algumas preocupações que nós observamos nas nossas diligências. Na verdade, uma das questões que eu quero registrar: este Estado precisa criar um organismo de mulheres que seja forte e independente, como é o caso, por exemplo, de uma secretaria da mulher. Aqui não tem uma secretaria estadual da mulher *(Palmas.)*, que seja um espaço, um organismo que tenha autonomia financeira, autonomia política, que tenha possibilidade de fazer toda a discussão, toda a articulação com as diversas secretarias do Estado na implementação das políticas.

Uma coordenadoria é importante com certeza, mas não é suficiente para tratar de um tema como a questão da mulher. Hoje nós somos mais da metade da população brasileira. O Estado do Pará com certeza segue esse mesmo índice, e nós precisamos tratar as questões relacionadas à mulher de forma integrada e articulada entre as diversas secretarias. Política pública nenhuma se implementa adequadamente se não for de forma integrada e interdisciplinar. Portanto, um organismo como uma secretaria da mulher é muito importante para que se tenha a capacidade de fazer essa articulação com a devida autonomia não só política, mas financeira, para que as políticas sejam de fato implementadas.

Então, eu coloco isso como uma preocupação para que o Estado do Pará, para que as autoridades deste Estado possam avaliar, o mais rápido possível, a possibilidade de se criar uma secretaria da mulher.

Quero aqui também fazer um registro – e é uma preocupação que nós todas percebemos ontem, eu e a Deputada -, com relação à fragilidade das políticas específicas, principalmente para as mulheres indígenas, negras e quilombolas. Então, é preciso ter políticas públicas que deem conta também de atender a essa parcela significativa da população que não pode ficar à margem das políticas públicas do Governo do Estado e nem do Governo Federal. Mas é preciso que o Governo do Estado realmente se articule com o Governo Federal, se articule também com os governos municipais, para que as políticas públicas sejam implementadas para atender também a essa parcela da população.

Outra questão: o número insuficiente de delegacias da mulher na capital e no interior e também de servidores nas delegacias. Não é suficiente apenas ter uma delegada comprometida, ter servidores comprometidos se não são suficientes para atender a toda a demanda. Então, uma delegacia apenas, na capital, não é suficiente, porque as mulheres que moram em Municípios distantes... O Estado do Pará é um Estado territorialmente muito grande e não oferece as condições necessárias para que as mulheres possam ter acesso imediato ao serviço de atendimento. Então, é preciso realmente descentralizar esses serviços para que sejam de mais fácil acesso a todas as mulheres.

Vimos também outra preocupação: a necessidade de ser fazer capacitações dos servidores de forma mais permanente e não pontualmente, permanente; e que todos os servidores possam ser capacitados: os policiais, os servidores que estão nas delegacias, quem está nos demais equipamentos do Poder Executivo, quem está no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública; enfim, todos deve ser capacitados de forma permanente.

Vimos também que há um excesso de processos tramitando nas três Varas da Violência Doméstica e que certamente em algumas dessas varas – talvez na 2ª e na 1ª -, porque, na 3ª Vara, nós vimos que há um esforço muito grande dos servidores, inclusive em função do número insuficiente de profissionais. Uma vara onde há milhares de processos ter apenas seis servidores – é a 1ª Vara -, a 1ª Vara, que tem milhares de processos apenas com seis servidores, não dá conta desses processos tramitarem dentro do tempo necessário. Vimos que há um esforço da juíza e dos servidores, que são apenas seis, para darem conta dessa tarefa, e estão dando conta com muitas dificuldades. Mas a 2ª a 3ª Varas têm muitas dificuldades, inclusive com juízes que estão se revezando. Então, é preciso ter um olhar preferencial para isso, é preciso, urgentemente, dotar essas varas de um número maior de profissionais, para que os processos não prescrevam e as mulheres não sejam vítimas de homicídios, por falta de atenção aos agressores que estão muito próximos a essas mulheres.

Por último, quero aqui também colocar uma preocupação, mas, ao mesmo tempo, manifestar a nossa indignação com relação à situação da casa de detenção das mulheres que está em total abandono – é o mínimo que posso dizer aqui –, em total abandono! Mais de 600 mulheres presas, uma parcela em regime semiaberto, presas provisórias, presas que já foram condenadas e num ambiente completamente insalubre, desumano, com telhado que deixa passar chuva – ontem vimos isso concretamente, porque choveu na hora em que estávamos lá –, vazamento de água, esgoto a céu aberto, sem cama para dormir, superlotação, presas de castigo, num cubículo completamente sujo, abandonado. Então, é desumano, é degradante, é inadmissível que seres humanos possam sobreviver, naqueles espaços em que foram colocadas.

Aquilo é um negócio que merece uma denúncia por parte dos direitos humanos, e esta CPMI vai fazer isso, com relação à situação do presídio, porque também uma das violências contra a mulher é a violência institucional. E ali há uma violência institucional tremenda, pela falta de condições de manter aquelas mulheres presas cumprindo as suas penas. Então, não é desta forma que vamos reintegrar essas pessoas na sociedade. A maioria dessas mulheres são mulheres jovens – uma boa parte com os seus 20, 21 anos de idade –, mulheres que poderiam estar sendo inseridas no mercado de trabalho e que estão ali, por várias razões, mas que merecem ter um tratamento humano, e não desumano como está ocorrendo.

Quero agora, Srª Presidenta, já passar...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Gostaria de pedir ao Deputado Bordalo, por gentileza, que viesse fazer parte.

Por causa da claridade, realmente, não tinha visto que o senhor...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Vamos passar ao segundo momento das inquirições. E pediria à Srª Relatora que começasse esse outro momento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Vamos, agora, então, passar para o segundo momento desta audiência pública, que é o momento das inquirições para as autoridades aqui presentes. Qual é o procedimento? Vocês vão ter que responder várias perguntas que vamos fazer, perguntas, a partir das diligências que realizamos, ontem, e outras perguntas que são necessárias, para que a CPMI possa ter um quadro real de como está a implementação das políticas, aqui no Estado do Pará.

Vou fazer duas perguntas iniciais, que são perguntas gerais, para que todos vocês que são convidados aqui possam responder. Depois, vamos fazer perguntas específicas para cada área. À medida que formos convidando o representante da instituição que irá prestar aqui as informações, os senhores poderão vir e ocupar aquela tribuna – está funcionando aquele microfone aí? Podem ocupar aquela tribuna, para responder as nossas questões.

Então, vou fazer, inicialmente, duas perguntas. Depois, vou chamar as secretarias diretamente envolvidas. Primeira pergunta: O que e como as autoridades aqui do Estado, tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, individual ou conjuntamente, o que eles estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências praticadas contra as mulheres? Então, o que vocês estão fazendo para reduzir a letalidade contra as mulheres?

Uma segunda pergunta, que também é geral: qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição de enfrentamento à violência contra as mulheres, orçamento que deva ter sido implementado neste ano de 2012, e o que está previsto para o ano de 2013? Então, o orçamento já implementado neste ano e o orçamento para o próximo período.

Eu gostaria, Srª Deputada, que a senhora convidasse o representante da Secretaria de Segurança.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Bem, como o Dr. Luiz Fernandes Rocha não está presente, nós pediríamos que a Drª Christiane Lobato, por gentileza, viesse aqui ter conosco e que assumisse a tribuna, por favor.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Inicialmente, bom dia! Quero cumprimentar a mesa, a Exma Srª Senadora, Drª Ana Rita, os demais Senadores, Deputados e Vereadores, e justificar a ausência do nosso Secretário, porque ele já tinha compromisso agendado com o Vice-Presidente da República, para uma reunião da Enafron, em que participam todos os Governadores e Secretários do País. Então, esse foi o motivo de eu ter vindo representá-lo.

Meu nome é Christiane Lobato e sou Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis. A nossa diretoria é uma diretoria recente, foi criada agora, em junho de 2012, e ela já veio com esse objetivo de reformular a política de atendimento não só à Divisão Especializada no Atendimento à Mulher, mas também a todos os grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, idosos e demais.

O que foi implementado desde 2011/2012? Foram as delegacias da mulher – nós temos 12 no interior do Estado e uma na região metropolitana...

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Drª Christiane, deixe-me fazer o seguinte: eu vou fazer todas as perguntas, porque, aí, a fala da senhora já vai respondendo as perguntas que nós temos que fazer, está bem?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Excelente!

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – A senhora já está com as perguntas em mãos que entregamos agora.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Porque, aí, a senhora orienta a sua fala a partir dessas perguntas, o que nos facilita.

Então, veja bem: aqui, no Estado do Pará, são 144 Municípios e 13 Delegacias da Mulher. Qual a abrangência dessas delegacias?

Há previsão de aumento do número de delegacias para ampliar sua abrangência? Ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Posso começar a responder, Drª, ou a senhora vai ler todas?

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Eu vou ler todas.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Tá, ótimo.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Como a Secretaria de Segurança atende às populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas?

A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres e tirar o Estado do Pará da incômoda 4ª posição de Estado em que mais morrem mulheres?

E, no caso de Paragominas, que é a cidade brasileira mais perigosa para a vida das mulheres? Que políticas estão sendo implementadas também para tirar esse Estado dessa posição?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido em todo o Estado o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais?

Os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual e não revitimizar as mulheres?

Quando foi feita a última capacitação dos servidores em violência contra as mulheres?

A comunidade negra vem reivindicando a inclusão do campo raça e etnia nos boletins de ocorrência para que se tenham dados para a construção de estatística com recorte racial. Há na Secretaria estudos para a inclusão desse campo?

Há campo específico para a Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência?

Tem mais outra pergunta, Doutora.

Conforme os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança, observam-se elevados registros de acidente fortuito, tendo como vítima a mulher. Como explica isso?

Foram 376 casos nos 3 primeiros meses de 2012.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, então, vou começar.

Nós temos, realmente, 144 Municípios e temos 3 delegacias da mulher. Como essas delegacias atuam?

Elas atuam pelas nossas superintendências. Há uma área de atuação. Por exemplo, Santarém atende a região Oeste do Pará; Redenção atende a região do Sul do Pará: Redenção, Xinguara. Então, há uma divisão espacial que é relacionada ao atendimento da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Dessas 13 unidades, há previsão de aumento do número? Sim, há previsão.

Desde 2011, nós criamos a unidade de Santarém, que na verdade não foi uma criação, foi uma reformulação. Essa unidade, a DEAM de Santarém, já existia, só que ela foi criada com outro olhar; ela foi recriada com outro olhar. Ela passou a ser um Pro Paz Integrado de atendimento à mulher, onde num mesmo espaço nós temos o atendimento multidisciplinar. Nós temos o atendimento psicossocial, com servidores da Secretaria de Saúde; temos o atendimento policial e temos o atendimento do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Então, aquela vítima, ao precisar do atendimento, ela já recebe todo o atendimento, evitando com que nós percamos aquela pessoa, porque muitas vezes, principalmente na região metropolitana, a vítima não dispõe de recursos financeiros e o acesso é muito complicado, tanto é que muitas não procuram o Centro de Referência, porque fica no centro da cidade, o que dificulta o acesso.

Ou seja, quando você centraliza esse atendimento numa só unidade, você consegue oferecer e consegue cumprir o seu papel, não só o papel policial, mas o papel social, porque aquela cidadã, aquela pessoa precisa de toda a dignidade. E naquele momento em que ela mais precisa é importante que o Estado esteja presente e que o Estado tenha toda essa desenvoltura e se articule, articule todos os órgãos e todas as políticas, para que facilite aquele atendimento e diminua o sofrimento daquela mulher.

Então, a unidade de Santarém já tem essa estrutura.

Nós criamos a unidade de Bragança, também nos mesmos moldes. Essa unidade de Bragança foi criada este ano e nós temos a previsão de até 2014 de 10 novas unidades, sempre com essa política de atendimento multidisciplinar.

Caso eu não tenha respondido de forma satisfatória, se a senhora quiser intervir agora ou no final.

*(Manifestação da plateia.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB/PA) – Por favor, por favor, vamos colaborar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança, Doutora, consta como registro mulher vítima de assistência social. Não conseguimos entender se isso é crime. Gostaríamos que a senhora explicasse. Foram 1.231 casos nos 3 primeiros meses de 2012.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – As unidades da região metropolitana, não de todo o Estado, possuem um núcleo social. E esse núcleo social serve para intervir em situações que não são consideradas crimes. Vamos dar um exemplo: uma senhora, uma propensa vítima, procura uma unidade e naquele momento ela quer uma orientação. Então, ela dispõe da orientação policial e dispõe da orientação social. Às vezes ela precisa de alguma política de assistencialismo. E aí essa assistência social da Polícia serve como uma interface às outras políticas. Muitas vezes ela faz o encaminhamento para o CRAS, para o Creas. Cada caso é um caso. Não são situações que deixam de ser atendidas. São situações que não são situações policiais; são situações que não são consideradas crimes, mas as pessoas buscam as unidades com o intuito de ter esse atendimento. Essa política de serviço social dentro da Polícia já existe há mais 20 anos, doutora.

**A SRª. ANA RITA** (PT – ES) – Mas é um delito?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Não, são situações que não são policiais, não são crimes. São situações assistenciais.

**A SRª. ANA RITA** (PT – ES) – Ah, tá. Onde procuram o serviço na Polícia.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Isso, na delegacia. Porque a senhora sabe que não existe essa rotina. Principalmente nos Estados do Norte as pessoas procuram a delegacia, muitas vezes, por não saberem um caminho, onde elas devem procurar. Então, como esse é um serviço antigo, o nosso serviço social atua dessa forma, não só nas divisões, nas divisões especializadas, mas também nas delegacias.

**A SRª. ANA RITA** (PT – ES) – Mas quando chega um caso como esse, qual é o encaminhamento que a delegacia dá para essa mulher que procura esse tipo de serviço?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Ela vai fazer uma avaliação. A assistente social analisa a situação. Se a assistente social detectar – que muitas vezes a vítima nem tem conhecimento de que se é um delito ou não – que aquela situação não é uma situação de assistencialismo, que não é uma situação assistencial, ela faz o encaminhamento para a diretora e a diretora faz a ocorrência e inicia o procedimento. Se for uma situação assistencial, ela faz o encaminhamento, ou para uma rede de... Às vezes é um problema com algum hospital que não está fazendo o atendimento, ela está precisando de algum medicamento. Ela faz o encaminhamento para a rede de assistência, não só do Estado, mas também do Município.

Naquela tabela auxiliar, se a senhora puder verificar, há uns encaminhamentos que são feitos. Todos os encaminhamentos para os órgãos e instituições.

**A SRª. ANA RITA** (PT – ES) – Mas pode continuar, Doutora. Eu realmente não entendi muito bem, mas...

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, vou só registrar a presença da Diretora da DEAM, Delegada Alessandra Lobato, perdão, Alessandra Jorge. Caso precise de algum esclarecimento mais direcionado, realmente ela é a pessoa mais capaz de dar essas informações, porque ela atua no operacional. Eu sou gestora administrativa, conheço a realidade porque a gente trabalha lado a lado.

Esse convívio é um convívio recente, porque antes a Divisão Especializada no Atendimento da Mulher não era subordinada a essa Diretoria, ela era subordinada a uma diretoria de polícia especializada. E o motivo da criação da Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis foi justamente este: para que essas divisões e essas delegacias tivessem um gestor lado a lado, porque a gente sentia... Eu era Diretora da Divisão de Atendimento ao Adolescente. Nós sentíamos que nós éramos preteridos, não por má vontade, mas pela demanda operacional. As outras divisões eram divisões de repressão ao crime organizado, divisões de investigação de operações especiais, então nós ficávamos um pouco de lado. Então, com essa nossa Diretoria, nós temos o mesmo objetivo. Todas as delegacias atendem ao cidadão, atendem ao ser humano, e sempre pregando, priorizando o respeito aos direitos humanos. Posso continuar?

**A SRª. ANA RITA** (PT – ES) – Pode.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Como a secretaria de Segurança atende às populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Doutora, com relação a esse atendimento, não existe nenhum atendimento específico. Existe atendimento pontual. Nós temos as operações. Nós temos as ações que nós fazemos. Fazemos previsões, mas não existe um atendimento permanente dessa população. Então, quando existe uma operação numa localidade ribeirinha, como exemplo nós fizemos no ano passado uma operação na área do Carnapijó, aí nós fazemos o atendimento.

Então, realmente, não é algo que satisfaz de forma permanente esse público, porque essas unidades policiais não têm condições. Como a senhora falou, o número de policiais é um número insuficiente. Então, por exemplo, a Delegacia da Mulher que atende a Abaetetuba poderia, deveria atender às ribeirinhas daquela área, só que eles contam com um quadro funcional de 5 policiais. Então se você tira o policial, você deixa de atender a cidade. Então o que é que nós fazermos? Operações policiais, geralmente com policiais da capital, quando nós atendemos a população. Não é algo satisfatório porque não é algo permanente, são atendimentos pontuais.

Algum questionamento?

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Apenas gostaria de registrar e convidar o Deputado Alfredo Costa para fazer parte da nossa mesa aqui.

Obrigada.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, há previsão de aumento do quadro de servidores?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, nós temos um concurso em aberto, esse concurso na verdade aconteceu neste ano de 2012, mas por suspeita de fraude ele foi anulado. Então, o nosso concurso está previsto para 2013. E toda a policia aguarda esse concurso ansiosamente, porque a carência de servidor não é só na DEAM, não acontece só nas divisões, ela acontece em todo o Estado.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Já tem edital aberto?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Já! Na verdade nós tivemos a prova e a prova foi anulada por suspeita de fraude. Então foi cancelada, foi tornado sem efeito o contrato com a empresa e quem vai fazer o nosso concurso agora vai ser a Universidade Estadual do Pará, e nós esperamos que seja agora em 2013.

Então, o nosso quadro. Além da situação de ser insuficiente, nós temos um quadro envelhecido na polícia civil. Então, nós temos um grande percentual de policiais que vão se aposentar e isso gera fragilidade no atendimento, porque você sobrecarrega quem está trabalhando e muitas vezes o nosso atendimento, principalmente nas divisões... porque é um atendimento com temas que você acaba absorvendo, porque são temas muito pesados.

Você é um cidadão que se coloca no lugar do próximo e você absorve aquela situação. Então, nós temos situações de servidores de licença médica, a diretora da DEAM por sinal está aqui, ela está de licença médica, já era para ter entrado de licença desde novembro, mas ela é uma pessoa muito comprometida, ela ainda ficou em novembro. Mas esse mês ela não teve como continuar. Então, ela entrou de licença médica durante o mês. Então a gente nota isso, além da nossa carência de pessoal, envelhecimento do nosso quadro, os nossos servidores adoecem. Então, o ideal é que nós tenhamos um quadro maior para que a gente possa sempre atender o cidadão de forma satisfatória, porque senão gera isso, a demora no atendimento. Não no atendimento da ocorrência, mas daquele inquérito em que a gente demora 30 dias ou 60 dias, quando se pede prorrogação; nós poderíamos fazer em menos tempo muitas vezes, mas considerando o número insuficiente, você acaba tendo que usar todo esse prazo e isso gera insatisfação na população, com certeza.

E esse problema eu acredito que não seja só da polícia, seja um problema de pessoal também do Judiciário, do Ministério Público, porque conversamos com outros colegas não só dessa área, e também o número não é suficiente, porque a demanda é muito grande. E a demanda sempre vai ser crescente, porque a população, principalmente com as CPIs, se sente encorajada a denunciar. Então, muitas vezes aquela mulher que é fragilizada, que é violentada guarda aquilo porque não sente apoio, ela não sente amparo. E quando acontece uma CPI dessa, ela fala assim: “Não, eu vou ter forças porque tem alguém olhando por mim”. E aí aumenta a demanda. Então, o aumento da demanda é positivo, mas também nós temos que reforçar o nosso quadro para que possamos atender de forma satisfatória e célere essa pessoa.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT - ES) – Pode continuar, Drª Christiane.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – É com relação ao terceiro ponto. A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres e tirar o Estado do Pará da incômoda 4ª posição do Estado onde mais morrem mulheres?

A política que nós temos adotado desde 2011 é do tombamento imediato. O homicídio, independentemente de ser mulher ou não, tem que ser tombado imediatamente. O que foi constatado pela Corregedoria da Polícia? É que muitos homicídios não eram tombados, acontecia o fato criminoso e demorava uma semana a duas; essa demora fazia com que não se conseguisse mais levantar provas, levantar indícios suficientes da autoria. Então, hoje o homicídio aconteceu e imediatamente ele é tombado. Por isso, Doutora, que os homicídios não ficam na nossa delegacia, eles não ficam na nossa divisão. É na região metropolitana. Se acontece um homicídio de uma mulher e esse homicídio acontece na Marambaia, ele tem que ser apurado imediatamente pela unidade do fato. Ou seja, ele é apurado pela circunscrição.

Com relação a isso, qual é a outra política? Nós fazemos em conjunto ou com a Secretaria de Justiça e Direitos humanos – não capacitações – palestras, orientação para a população, para demonstrar para essas mulheres os seus direitos, os locais onde elas podem buscar ajuda, onde elas devem buscar ajuda numa situação de vulnerabilidade.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, qual é o grau de resolução desses serviços, dos homicídios de mulheres?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, infelizmente, eu não tenho esses dados, porque, como eu lhe disse, não fica na DEAM; eles ficam nas seccionais e essas seccionais, essas delegacias são subordinadas a outra diretoria. Nós podemos, eu posso oficiar à Corregedoria e solicitar a ela e encaminhar ainda hoje isso para a senhora, por *e-mail*.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Porque a Corregedoria é que faz esse monitoramento. Então, eu me comprometo a solicitar hoje e encaminhar hoje para a senhora. Há algumas informações que eu não vou poder lhe prestar justamente porque são subordinadas às outras diretorias. Nós temos cinco diretorias na Polícia Civil, das quais quatro são operacionais. Nesse caso, infelizmente, não tenho esses dados para apresentar para a senhora.

Com relação, Doutora, ao mapa dos homicídios, é algo alarmante, que chega até a ser revoltante, porque a gente nota um número crescente de homicídios de mulheres, mas eu acho que um fato tem que ser pontuado. No nosso Estado, em 90% dos Municípios a nossa população não chega a 100 mil habitantes. Então, na hora que fazemos um levantamento considerando os 100 mil habitantes, o Município de Paragominas, por exemplo, que tem 40 mil habitantes, provavelmente vai lá para frente. Então uma sugestão que a gente sempre discute em reunião é que essas estatísticas sejam feitas em cima de 10 mil habitantes, porque é a realidade do Norte e Nordeste.

Os nossos Municípios não chegam a ter 100 mil habitantes. Então, se a senhora for olhar o quadro de todos os nossos Municípios que estão à frente, a grande maioria não tem 100 mil habitantes, então isso faz com que a gente vá lá para frente. Mas os números, isso é inegável, são absurdos; é algo que tem que ser combatido por todos. É importante a união de forças, porque a sensação, muitas vezes, que dá é que a gente não vê a melhora, não vê o resultado. Isso gera indignação e faz com que muitas pessoas deixem de buscar as unidades policiais porque elas não veem a resolução desejada, não é?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deixe-me aproveitar, Doutora, e fazer outra pergunta. Depois a senhora segue o que está no texto. Por que as delegacias, que hoje são 13, do interior do Estado, não funcionam à noite? Sabemos que o maior índice de violência ocorre à noite. Isso, inclusive, as mulheres falaram na reunião de ontem, que foi feita com a CPMI.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, com certeza, certíssimo. As nossas unidades, com exceção de Belém, que funciona 24 horas, funcionam de 8h às 18h. Todas as violências, geralmente, acontecem à noite e em final de semana, e as delegacias, nesse horário, nesses dias, estão fechadas. O motivo, Doutora, é só um: a falta de pessoal. A média de servidor de uma delegacia dessas é de quatro servidores: um delegado, um escrivão e dois investigadores. Então eles trabalham no horário do expediente. No mínimo, para nós funcionarmos com quatro unidades dessas, em tempo integral, nós precisaríamos de quatro delegados, quatro escrivães e, no mínimo do mínimo, oito investigadores. E não seria o ideal, porque nós conseguiríamos montar plantões.

O plantão da polícia é quase padrão no País. São 24h por 72h. Então, assim nós conseguiríamos trabalhar 24 horas, que é o ideal. Sim, a polícia tem consciência disso, só que hoje, com o quadro que temos, não conseguimos, Doutora, atender. Então, por isso que elas funcionam só de 8h às 18h, porque é só uma delegada, um escrivão e eles têm que ter o horário de repouso, até porque não tem como a pessoa trabalhar sete dias, 24 horas. Estaríamos enganando a população e seria um serviço péssimo. E a gente não estaria respeitando o direito daquele servidor.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Seguindo aqui, Doutora, então. Com relação às mulheres vítimas de crimes sexuais. Elas são encaminhadas, com urgência necessária, para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – São encaminhadas, Doutora. Aqui na região metropolitana, a unidade encaminha para a Santa Casa de Misericórdia e, nas unidades, que, infelizmente, ainda são duas, mas serão maiores, nós fazemos esse atendimento dentro do próprio Pro Paz Integrado. Nós temos médicos dentro da unidade que atendem, fazem logo esse atendimento imediato.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E é garantido o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Com certeza, né? O Estado...

**A SRª ANA RITA** (PT - ES) – Todas recebem?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, eu não posso lhe garantir, mas o ideal, o certo é que todas recebam. Agora, não posso lhe dizer se há algum caso específico onde não houve isso, porque nunca chegou essa situação à DEAM. Pelo menos, nunca me foi repassado. Até porque se isso acontece, é passível de uma responsabilização de gestor.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, nas seccionais, nós temos um grande problema: falta a sensibilidade do servidor. Nós sabemos que não há como mentir para a população. Nós temos ótimos servidores, mas nós temos servidores, também, que não têm o perfil ideal. E o que acontece: nós notamos algumas situações de desvio, de conduta não compatível com o que é necessário, com o que é o certo atender, e essas condutas são comunicadas à Corregedoria. Mas capacitação, nós recebemos a capacitação na formação, e a partir de fevereiro deste ano, a academia de polícia vai fazer a capacitação para quem já está na Instituição, porque não é importante só formar; há que se formar e há que se manter a formação, porque senão se acaba perdendo no atendimento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E quando foi feita a última capacitação?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, com relação à violência contra a mulher, eu, sinceramente, não tenho conhecimento, porque eu não sei, acho que não houve. Mas a Delegada Alessandra, se a senhora permitir, depois eu peço para que ela venha aqui expor. Mas eu, sinceramente, desconheço que tenha havido uma capacitação direcionada ao foco. É mais, mesmo, do perfil do servidor, da sensibilidade, da conscientização do seu dever de bem atender, de respeitar.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não, só uma questão de orientação...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho**.** PMDB – PA) – Para voltar à pergunta anterior...

**A SRª ANA RITA** (PT - ES) – Só um minutinho, Presidenta, deixe-me dar uma orientação aqui. Não pode haver interferência da plenária, está certo? Se porventura vocês tiverem alguma coisa para acrescentar à fala da Doutora, vocês podem passar, por escrito, para ela, para que ela possa ter as informações e nos informar, certo? Passem por escrito.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho**.** PMDB – PA) – É à delegada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu faço essa mesma recomendação ao movimento social que está presente. É importante que vocês não se manifestem durante o interrogatório. Se vocês têm alguma pergunta que, porventura, nós aqui não conseguimos fazer, que vocês queiram contribuir, passem para nós por escrito, que nós fazemos as perguntas, está bem?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, desculpe, só para dar uma informação. É que a delegada Alessandra não sabia, e é por isso que ela interveio, quero pedir desculpas por ela. O que acontece? A capacitação que ela citou, em setembro, foi a capacitação, porque no momento em que nós criamos as novas unidades, nós capacitamos os servidores, mas eu falei que não sabia com relação à capacitação no geral, de todo o quadro da polícia.

Mas essas unidades novas vão sendo iniciadas. Nós fizemos em setembro, em Bragança, antes da inauguração, um mês antes – todos os servidores passaram pelo treinamento, não só os servidores da unidade especializada, mas os servidores da delegacia do Município –, e fizemos, no ano passado, em Santarém, no momento da inauguração da unidade de Santarém. Então, conforme a gente vai inaugurando essas unidades, essas pessoas vão sendo capacitadas.

Mas a capacitação de todo o quadro da polícia, foi essa que eu informei que desconhecia. Eu não sabia que era algo direcionado à nossa unidade.

É importante que todos tenham capacitação, porque, muitas vezes, a nossa vítima não procura a DEAM. Ela não procura a DEAM não porque não quer; ela não procura a DEAM porque não tem como chegar à unidade. Ela mora distante, não tem dinheiro para pagar uma passagem de ônibus. Então, ela procura uma delegacia de bairro. Então, é necessário que esse policial que está naquele atendimento, na ponta, também seja capacitado, que a gente não centralize a capacitação só nas unidades especializadas.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho**.** PMDB – PA) – Dra. Christiane, voltando à questão que foi levantada, aqui, pela Relatora, existe alguma programação financeira para alocar e resolver esse problema da falta de atendimento no interior, do aumento de delegacias? Porque...

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, nós...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho**.** PMDB – PA) – Só para completar me preocupa muito, porque os dados com que a gente sempre costuma se deparar e tomar conhecimento são de que o índice de violência começa na sexta-feira, não é? Aí vem a questão da bebida. Começa na sexta, aumenta no sábado, explode no domingo. E aí, como é que fica isso, como é que vocês tentam, pelo menos, resolver essa questão?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, o que acontece? Aqui em Belém, nós colocamos reforço policial em feriados, datas festivas, porque infelizmente, nessas datas, aumenta muito a violência contra as mulheres, principalmente em decorrência do uso do álcool, não é? Então, nós fazemos reforço. Nas unidades do interior você não tem como reforçar porque você não tem um policial. Então, existe a previsão de 10 milhões em investimentos até 2014, em criação de unidades, mas é importante que tenhamos o concurso, porque não adianta criarmos a unidade e não termos o policial, a gente vai incorrer no mesmo erro.

A promessa é de que, com esse novo concurso, grande parte desses servidores venha para a nossa diretoria, porque os mesmos problemas que temos com relação ao atendimento da mulher, nós também temos com relação ao atendimento da criança e do adolescente. Nós não temos unidades, diferentemente da DEAM, que nós temos unidades no interior. Quando a gente fala de atendimento de criança e adolescente nós não temos unidades no interior. A situação é tão grave quanto à da mulher. Então, é importante isso, o concurso. Não só esse concurso, pois ele não vai resolver o nosso problema.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Sem dúvida. Esse orçamento de que você fala, os 10 milhões, são do Estado, do Governo Federal?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Eu não sei precisar, Doutora. Desculpe-me, não sei precisar, estou lhe passando o valor que me foi repassado, somente para informar. Como a Senhora sabe, sou servidora da Polícia Civil e, com relação ao orçamento, não temos acesso. A informação que me repassaram foi essa, de 10 milhões. Eu não sei lhe dizer quanto é para a construção dos prédios, quanto é para a mudança de viatura. Mas acho que tudo isso, Doutora – é uma sugestão –, a CPMI poderia formalizar, eu mesma receberia o ofício e daria o encaminhamento ainda hoje.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, deixe-me fazer o encaminhamento, porque essas questões que estamos fazendo deveriam ser respondidas pelo Secretário, que deveria estar aqui para responder. Infelizmente, ele não está, e a gente faz o registro aqui da nossa insatisfação, embora reconhecendo que ele tenha uma agenda realmente importante, mas, a presença dele aqui era fundamental. Essas questões de que a Senhora não tem a resposta agora para oferecer, nós solicitamos que faça por escrito e encaminhe à CPMI o mais rápido possível, num prazo máximo de 7 dias.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Ótimo, Doutora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu gostaria, para que a gente possa adiantar no tempo... Tem mais duas perguntas que fiz inicialmente, que ainda não foram respondidas; e tenho mais algumas para serem feitas. Gostaria que a senhora respondesse às duas últimas, no que se refere à comunidade negra, que vem reivindicando a inclusão do campo raça/etnia nos boletins de ocorrência, e também se há um campo específico para a Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, até parece coincidência, mas hoje teremos uma teleconferência na Polícia justamente para abordar a inclusão desses novos temas, não só com relação à questão racial, mas também à questão da orientação sexual, da identidade de gênero. Considerando que estou aqui, remarcamos essa teleconferência, que é uma capacitação de todos os servidores do Estado, e vai acontecer no próximo dia 17. Iria ser hoje, na Prodepa, porque não temos como trazer todo mundo para a capital, por não termos como dispor de servidor para levar a todos os municípios. Então, a teleconferência é algo que é benéfico porque é aberto para a população, o site é aberto, qualquer pessoa que queira participar pode, onde vai ser exposta a inclusão de todos esses campos. Na verdade, já foi feita a alteração, vamos só orientar no preenchimento dos dados.

Com relação ao campo específico para a Lei Maria da Penha, já temos esse campo. Por isso que conseguimos fazer o mapeamento das situações por tipificação, porque esses dados são preenchidos no momento do registro da ocorrência policial.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Seria conveniente que houvesse divulgação para que a gente pudesse também colaborar nesse sentido.

Gostaria também de completar com uma pergunta que todo o tempo as pessoas estão pressionando, essa questão de Paragominas. Para a imagem do Estado isso é muito ruim. Nós temos os dados da própria segurança pública, de que são 7 vítimas no período de 2008 a 2010. Dados do cartório de ofício único indicam que são 8 vítimas, e dados do Instituto Sangari indicam que são 24 vítimas. Você poderia, por favor, me dizer qual é o dado real da secretaria? Ontem, recebi um comunicado, o prefeito de Paragominas me ligou pedindo que tivéssemos um representante aqui para que pudéssemos depois dar alguns esclarecimentos. Existe também alguma articulação do Pro Paz Integrado também para Paragominas?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Existe, Doutora. A previsão é para 2013. Serão 5 municípios em 2013 e 5 municípios em 2014. Em 2013 são os municípios de Paragominas, Ananindeua... Se a Senhora me permitir, eu olho no meu documento que está no *tablet*, tem certinho. Eu sei que Paragominas, Ananindeua, salvo engano Breves também agora, são os Municípios onde detectamos o maior índice. São cinco agora e cinco em 2014, a previsão, mas pode antecipar dependendo do orçamento. Se der, vai ser antecipada essa construção.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – E os dados?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Os dados, doutora. Como eu lhe disse, Paragominas tem uma população de 48 mil habitantes. Então, quando nós colocamos – primeiro, vou falar por aqui, depois vou falar da diferença das informações – num percentual de 100 milhões de habitantes, Paragominas vai lá para a frente. Se fossem 10 milhões de habitantes, Paragominas não estaria em primeiro lugar. Os dados da polícia são de todas as ocorrências que são registradas, são dados considerando as ocorrências. Os dados do instituto, salvo engano, são dados da saúde, não é isso? Então, eles nunca vão ser idênticos, porque...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Os da saúde são os mais confiáveis.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – É, aí é uma questão... Eu concordo com a senhora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque são casos de morte. Então, toda pessoa que morre necessariamente tem que ter um laudo médico para poder...

 **A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Eu só queria saber, porque estou aqui com os dados do instituto. Do instituto foram dois em 2008, dois em 2009 e 12 em 2012 e 2010, ou seja, foram 17. Da polícia foram quantos, doutora, que a senhora informou da segurança pública?

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Os dados do Instituto são 24. Dados da própria segurança pública: sete vítimas entre 2008 e 2010.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, desculpe-me, eu estou com os dados aqui do instituto que eu peguei na Internet, são 17. Então, é importante...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dezessete.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – É. Eu vou ser injusta se eu criticar os dados do instituto que eu acredito, entendeu?

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não para nós é... Claro, quanto mais você nos esclarecer melhor. Vocês são da área.

 **A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Só que eu não sei lhe dizer quais são os dados do instituto. O da polícia é o que chega à polícia. Todo homicídio, obrigatoriamente, tem que ser comunicado. Então, nós teríamos que analisar esses dados pontualmente, para nós sabermos o porquê da diferença. Na verdade, nós não sabemos, porque tudo o que chega para a polícia está lá lançado. E, se o número é menor do que o que está no instituto, seria interessante analisar os dados do instituto, porque ele não é qualitativo, ele é só quantitativo. São 17.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, eu gostaria agora de falar de outra questão.

As duas estruturas hoje do Pro Paz existentes aqui no Estado foram criadas como o novo modelo de atenção às mulheres vítimas de violência. Sabemos que os movimentos sociais não foram ouvidos – é o que nós conversávamos ontem na delegacia – e que esse serviço sequer tem protocolo de atendimento. Em que consiste esse modelo? Como vocês pretendem democratizá-lo? Porque, ontem, na visita, nós tivemos acesso a todas as informações, tivemos acesso à planta que mostra quais são os serviços, mas vocês não responderam para nós, naquele momento, se ele foi debatido com os movimentos sociais. E, à noite, na reunião com os movimentos sociais, nós tivemos a informação de que realmente não foi democratizada essa discussão. Gostaríamos que a senhora falasse um pouco sobre isso.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, o Pro Paz é um programa de governo. Então, a representante do Pro Paz está aqui, a Drª Eugênia, eu não sei onde ela está, que é responsável por essa articulação. Eu sou da polícia, faço parte da polícia. Então, quando nós fazemos a estruturação de uma unidade do Pro Paz integrado, a gente não enxerga só polícia, a gente enxerga o programa, o Pro Paz, de que faz parte a polícia e outros órgãos. Mas a Eugênia vai poder falar com mais precisão com relação a essa articulação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas se o Secretário de Segurança estivesse aqui, ele falaria pela Secretaria de Segurança. Não é isso?

 **A SRª CHRISTIANE LOBATO** – É por parte da Secretaria, sim, não é doutora?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então. Infelizmente.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Mas eu não vou serei justa nem correta de falar algo de que eu não tenho conhecimento, doutora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu te agradeço, inclusive.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Eu queria que a senhora me entendesse e me perdoasse.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu entendo perfeitamente.

Dr. Christiane, outra coisa. A CPI do Tráfico de Pessoas denunciou o governador anterior, o Governador Jatene, através do relatório da então Senadora Marinor. No ano passado, houve o grande número de assassinatos de mulheres nas regiões de garimpo nos Municípios que fazem fronteira com Mato Grosso. Que providências foram tomadas? A senhora tem informação sobre isso?

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Tenho. Isso eu posso lhe falar com precisão, porque eu sou a delegada que mais investiga esse caso no País, tanto que eu assessoro a CPI. Só que, como eu lhe disse, eu era Diretora de Atendimento à Criança e ao Adolescente, e o Estado do Pará é o Estado que mais procede a esse tipo de apuração.

Realmente, no Estado, nós nunca tivemos nenhuma investigação de tráfico de mulheres, nem tráfico interno. Tráfico internacional é demanda da Polícia Federal, mas nada obsta que a gente investigue, inicie a investigação. E, devido a isso, foi criada nessa nova estrutura, uma Delegacia de Combate do Tráfico de Pessoas, justamente para que nós possamos atender toda essa demanda, porque não adianta você enfrentar o problema da criança e do adolescente e não enfrentar o problema da mulher, e é um problema que existe.

Então, hoje, até na DEAM, nós já temos uma situação e investigação, que já está sendo apurado, de uma rota interna, onde algumas mulheres, possivelmente, foram vítimas, está sendo apurado pela Delegada Sandra, mas é um fato que é notório. O problema não existe só nos garimpos. As grandes obras elas trazem um problema da exploração sexual e, quando a gente fala de exploração sexual, a gente fala de tráfico de pessoas também.

Então, considerando essa carência, essa manifestação, essa detecção de um problema, foi criada essa Delegacia para que todo o público vítima desse crime seja atendido e não só a criança e o adolescente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Da minha parte, eu não tenho mais pergunta. Alguém da Mesa? Presidente, tem alguma pergunta a ser feita ainda? Da minha parte, eu posso encerrar por aqui.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – A gente quer agradecer a você, viu, pelas informações aqui, e queria saber se o Dr. Acreano mandou alguém ou se encontra presente, porque seria a próxima pessoa a nos fornecer algumas informações.

Relatora, a Srª Relatora... o Dr. José Acreano Brasil Júnior não mandou, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos no Estado do Pará, e nós poderemos passar para...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deixa. Então, vamos agradecer à Drª Christiane.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Como é que fica?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Christiane, obrigada pelas informações. As informações que aqui nós solicitamos, que a Senhora não teve condição de nos fornecer aqui hoje, nós solicitamos que sejam encaminhadas até um prazo máximo de 7 dias para a CPMI.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Doutora, eu quero agradecer, tá?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada pela presença.

**A SRª CHRISTIANE LOBATO** – Agradecer não só o convite pela Secretaria, mas também a oportunidade, porque isso ajuda não só a população, mas também as Polícias e os outros órgãos, porque nós, muitas vezes, nós precisamos de uma situação dessa para que realmente essa demanda seja acelerada, essa demanda de atendimento.

E eu gostaria só de, se tiver oportunidade, sentar com alguém da sua Assessoria, porque eu posso esquecer algum dado e eu posso lhe garantir que, no máximo, até terça-feira isso está chegando em Brasília, porque é interesse do nosso Secretário atender as demandas e atender de uma forma satisfatória, não só a CPI, mas, principalmente, a população, porque a CPI nada mais é do que o povo clamando por justiça e respeito aos seus direitos individuais.

Muito obrigada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Drª Christiane. (*Palmas*.)

O Dr. José Acreano Brasil Júnior, que é o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, não está presente, não justificou a ausência e não mandou representante. Eu vou levar para a reunião da CPMI, a semana que vem, e vou propor a convocação dele para que ele possa responder perante a CPMI em Brasília. (*Palmas*.)

Solicito à Presidenta que convide o próximo a responder aqui as questões.

Pedimos que não interfiram na CPMI, por favor.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Nós pediríamos a compreensão dos companheiros aqui presentes, nós estamos sendo... temos... da forma mais democrática possível e queremos o resultado final disso. Então, nós pediríamos a compreensão de todos vocês.

Bem, Deputado, dentro das normas da nossa reunião, é impossível atender à sua... pela ordem.

Sem dúvida.

Muito obrigada.

Nós pediríamos... agora, gostaríamos da chamar o representante Dr. Hélio Franco Macedo Júnior, e a Drª Maria da Conceição Carneiro Oliveira, que coordena a saúde da mulher; Coordenadora.

Drª Maria da Conceição está presente?

Por favor, doutora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Maria da Conceição. Primeiro, gostaríamos de agradecer a sua presença. Lamentamos, também, a ausência do Secretário de Saúde. E o procedimento será o mesmo sobre as questões que nós fizermos aqui: se a senhora não tiver as respostas, solicitamos que sejam encaminhadas o mais rápido possível para a CPMI por escrito.

Eu reforço, aqui, as perguntas iniciais, que são aquelas perguntas gerais, que nós fizemos no início quanto a que políticas estão sendo implementadas de forma individual ou coletiva para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? E, também, qual é o orçamento da Secretaria para as ações específicas na área da saúde, no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres? Então, são essas duas perguntas – gostaríamos de ouvir da senhora – e mais algumas aqui que são específicas.

Qual a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas na capital e no interior? Segundo dados encaminhados pela Secretaria, somente um hospital realiza o abortamento legal. Há algum planejamento para a expansão do serviço para outras regiões do Estado? Como as mulheres que moram em regiões distantes, cujo acesso é apenas por barco, acessam os serviços de saúde?

A senhora está com essas perguntas em mãos, não está? Já passamos para a senhora…

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não, não recebi.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Ainda não? A pergunta para a Secretaria de Saúde, Penaforte. Então, essas que eu estou fazendo agora, além daquelas duas iniciais.

Então, como as mulheres que moram em regiões distantes, cujo acesso é apenas por barco, acessam o serviço de saúde?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido em todo o Estado o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Há capacitação específica para os agentes de saúde atuarem respeitando as culturas indígenas?

A notificação compulsória da violência doméstica e sexual atende a todo o Estado? Qual a sua abrangência?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Ok. Bom dia. Cumprimento a mesa, em nome da Senadora Ana Rita. Gostaria também de cumprimentar todos e todas aqui presentes. Estou aqui representando o Dr. Hélio Franco, porque também ele, no dia 3, quando chegou o ofício comunicando essa audiência pública, já tinha um compromisso assumido esta manhã, com os diretores de hospitais do Estado; e ele está ainda agora nessa reunião, até agora.

Quanto à questão da pergunta que é geral, a primeira pergunta, o questionamento a respeito de como as autoridades do Estado estão fazendo para diminuir a letalidade da violência contra as mulheres.

Na área da saúde são inúmeras as violências que são notificadas, que são cometidas contra a mulher. Principalmente a questão da mortalidade materna, que é um fator que nós temos de agravante no Estado do Pará.

Com o evento da Rede Cegonha, nós estamos trabalhando, principalmente nesse primeiro momento, já trabalhamos o plano de ação para a Região Metropolitana I, a Metropolitana III e a do Xingu. Estamos trabalhando o plano de ação da Região, para ser aprovado, do Baixo Amazonas, Tapajós e Araguaia.

Como o Estado é muito grande, nós temos dificuldade de trabalhar esses planos de uma maneira tão rápida. Mas, até o final deste ano, nós estamos finalizando seis planos da Rede Cegonha, por regionalização, através das regionais de saúde, nós podemos atender a atenção básica; no caso, trabalhar a questão da saúde dentro da atenção básica e poder, através de um planejamento reprodutivo, através de um pré-natal adequado, trabalhar melhor essa situação dessa mulher, para que ela não venha complicar a situação dela na fase final de gestação, ou até no atendimento já durante o parto e o puerpério, para que ela não venha a óbito.

Então, quanto a isso está sendo feita uma intensificação no Estado, estamos trabalhando o fórum. Nós realizamos, no último dia 29, um fórum da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que recebe uma demanda muito alta de mulheres, não somente é uma referência de gravidez de alto risco, mas está recebendo também demandas que não são de alto risco, então estamos monitorando intensamente nesse sentido, para evitar os óbitos maternos.

Quanto ao orçamento do Estado para 2013, em relação à violência, temos o orçamento nas diversas diretorias, principalmente na vigilância também, que não tenho, no momento, o valor do orçamento do Estado, mas temos ações na atenção primária para atendimento, porque a minha coordenação está dentro da atenção primária. Então é um dado que vou ficar devendo para repassar...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) –Então, o mesmo procedimento...

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Mas temos orçamento previsto, sim.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) –Para 2012, que está sendo gasto, e 2013.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Até 2013, mas temos uma previsão também até 2015 de um trabalho.

Vou tentar colocar aqui na ordem. Qual a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas, na capital e no interior?

Na Sespa – Secretaria Estadual de Saúde – temos uma coordenação específica que está trabalhando essa política para essa população. Existe uma coordenação específica e que pode repassar, também, que não impede que nós, enquanto Coordenação de Mulher, trabalhemos de forma integrada com essa coordenação e com as demais políticas de saúde: DST/Aids, Disque Vigilância.

Mas ainda é tímida essa política estadual voltada para a saúde dessa população, mas estamos empenhadas, nesse período de 2012 a 2015, em poder cobrir uma área maior e atender melhor. Capacitações nessa área já são realizadas, inclusive em parceria: Coordenação da Mulher, Coordenação de Saúde Indígena e Populações Tradicionais. Já estamos trabalhando juntas essas capacitações, no sentido de melhorar esse serviço a essa população específica.

Segundo dados encaminhados pela Secretaria, somente o hospital realiza o abortamento. Realmente, é somente a Santa Casa, e estamos ampliando esse serviço para o Hospital Regional Abelardo Santos, que fica em Icoaraci.

A princípio, este ano ainda, já se discute essa ampliação, inclusive o Secretário autorizou recursos para realizar uma capacitação com o Instituto Ipas, que, hoje, mudou o nome para – não estou lembrando aqui o nome que o Ipas...–, mas é o Ipas que faz capacitação com os profissionais da área de saúde, para melhorar esses serviços de referências ao abortamento legal e já está aprovado. Se não fizermos até o final do ano, mas no início do ano já estaremos fazendo a capacitação com os profissionais da Santa Casa e do Hospital Abelardo Santos que, a princípio, são esses que vão ser ampliados como referência. Depois, temos a intenção de trabalhar nos pólos regionais de saúde.

Quanto às mulheres que moram nas regiões distantes, cujo acesso há apenas um barco, como acessam os serviços?

Como podemos ver aqui, as responsabilidades são tripartites. Temos responsabilidades que são do Governo Federal e da Gestão Estadual, que trabalha realmente a orientação, o assessoramento, mas a ação em si é municipal, e o Estado já vem discutindo, dentro dessa questão da regionalização e da atenção básica, todo um apoio, todo um suporte de contrapartida, que possa atender adequadamente essa população que tem dificuldade de acesso aos serviços.

Em parceria com o Governo municipal, o Governo estadual está prevendo, em seu orçamento, recursos para apoiar nesse sentido do deslocamento, porque essa é uma grande preocupação do acesso ao serviço, mas o que está sendo o forte agora é a questão da planificação da atenção primária, onde se possa trabalhar, dentro dessa hierarquia de saúde, a promoção da saúde e a prevenção; ou seja, dentro desses territórios regionalizados, estar trabalhando o melhor e prevenindo o adoecimento, para que não se chegue a tanta necessidade de hospitalização, de tecnologia mais avançada e, sim, trabalhe fortemente a questão da atenção primária em saúde.

Mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? Digamos que exista uma rede construída, mas essa rede de serviços tem fragilidades e fragmentações; ela não se comunica.

E nós, enquanto saúde, estamos tentando, ao máximo, articular com essa rede de maneira integrada. Temos dificuldade. Não é fácil, mas nós estamos, inclusive, trabalhando e discutindo com os movimentos.

Dentro dos movimentos, temos representação no Conselho Estadual de Saúde e temos tido um diálogo muito positivo. O próprio movimento que está presente pode relatar aí, posteriormente.

Quanto a essa questão do encaminhamento na urgência necessária, existe esse programa, o Pro Paz Cidadania, o Pro Paz Integrado. Já o temos em alguns Municípios do Estado. Ele já está fazendo esse serviço. Pelo que sabemos, o Programa Estadual de DST/Aids repassa esse kit necessário à profilaxia. Então, ele está acontecendo. Não sei se há alguma denúncia no sentido de ter faltado medicamento.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) – Este kit está sendo disponibilizado para todas as mulheres?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Dentro do meu conhecimento, sim, é disponibilizado. Existe um estoque, todo um controle do...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) – Era isso o que queria saber: há todo um monitoramento do estoque.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – ...do Departamento de Distribuição, de Assistência Farmacêutica, que distribui, mas quem tem esse controle é a Coordenação de DST/Aids. E, pelo que conversamos com a DST/Aids, ela repassa adequadamente aos hospitais que fazem a profilaxia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) – E os agentes de saúde têm capacitação para atuarem nessa área?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Essas capacitações são assim: o Estado trabalha com os Municípios capacitando multiplicadores, e estes vão trabalhar com os Municípios. Inclusive, em Belém, estamos com uma dificuldade muito grande quanto a essa questão dos agentes comunitários de saúde. Não sei agora, com a mudança de governo municipal, se estaremos melhorando a condição de Belém, pois há uma dificuldade muito grande de esse agente comunitário realmente estar desenvolvendo o papel que compete a ele.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. PT – ES) – Então, nessa questão da DST/Aids não tem capacitação dos servidores, tem?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Da DST? Sim, sim, tem. A DST/Aids capacita, vai até os Municípios, forma multiplicadores, capacita no teste rápido de HIV e sífilis. Existe toda a capacitação.

Agora, o que eles colocam? Devido ao Estado ser muito grande, na questão dos serviços de assistência, ainda temos pouco serviço de assistência à mulher portadora do vírus, do HIV – à população, não é? Não só à mulher, mas à população.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E sobre a notificação compulsória?

Na verdade, a senhora ainda não falou da questão dos agentes de saúde para atuarem respeitando as culturas indígenas.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – As culturas indígenas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora já falou sobre isso? Ainda não.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Eu desconheço que haja uma capacitação específica dos agentes comunitários de saúde para atuarem na saúde indígena. Esse é um outro ponto que nós podemos... Inclusive, eu convidei a coordenadora da saúde indígena para estar presente, mas ela está justamente num momento de capacitação dos planificadores. Ela é uma das planificadoras.

Eles estão estudando, hoje, a questão da metodologia científica. Está com uma consultora, aqui no Estado, que está trabalhando, com todos os planificadores do Estado do Pará na área da saúde, na questão da metodologia científica. Por isso ela não está presente, nem a nossa diretora, também.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Na verdade, quem tinha de estar aqui era o secretário de saúde, que pudesse responder por todos, não é?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Sim, sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque fica complicado assim. Se cada um que tem de estar aqui falar de sua própria área, é muito complicado. O secretário é que tem de estar aqui para poder falar de todas as políticas desenvolvidas pela Secretaria.

E com relação à notificação compulsória? Atende a todo o Estado?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Qual a sua abrangência?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não, não. A notificação compulsória da violência contra a mulher... Nós temos 119 estabelecimentos de saúde que notificam em 40 Municípios. Então, você vê que você não tem nem 50% dos Municípios que trabalham com notificação. Essa notificação, embora esteja nesses Municípios, ainda se notifica pouco. Nós temos a consciência de que se notifica pouco e o que acontece? Profissionais foram treinados, foram...

Notifica-se pouco. Profissionais foram capacitados, só que existe, nos Municípios, um rodízio muito grande de profissionais, desses profissionais que foram treinados quando... Nós fizemos uma avaliação. Tem profissionais que não estão mais no Município e que não repassaram.

Então, essa questão de gestão municipal é uma questão muito séria para nós, aqui, de continuidade e de, realmente, fortalecimento dessa rede.

Então, nesses dois anos de Governo, nós estamos tentando resgatar toda essa situação da violência, porque na Secretaria de Saúde, quando foi assumida neste Governo, nós estávamos com inúmeras dificuldades em todas as aéreas.

Então, nós estamos tentando ajustar todas as áreas e, aí, essa questão da violência é de grande preocupação para nós.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Conceição, a informação que chegou para a Mesa é de que no Orçamento de 2012, no que se refere ao Programa de Atendimento à Mulher, não tem previsão de recursos para o *kit*.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – No PAM de 2012.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Da DST/Aids?

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Mas vocês tiveram notícias de que algum recurso, de que alguma mulher que foi vítima, de alguma pessoa que foi violentada não... Faltou o antirretroviral?

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – E para 2013?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Olha só, não tem diálogo da plenária com quem está na tribuna. Por favor.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Ah, sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, tem recurso ou não tem, doutora?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Eu falo para 2013, programação de recursos para 2013.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas para 2012 não tem. E como tem *kit* para as mulheres? Tem *kit* ou não tem? Se não tem recursos...

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Dentro do meu conhecimento há o *kit*. Foi fornecido o *kit*, sim.

Nós teríamos de verificar nos serviços se faltou *kit*, mas...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas a senhora tem segurança de que os *kits* existem e que foram distribuídos?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Que foram distribuídos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Tá...

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Agora, colocar que não há recursos... Aí, eu teria que...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, essa questão orçamentária, depois, a senhora passa para a gente.

Eu queria fazer uma última pergunta aqui, Drª Conceição, e que se relaciona às mulheres em situação de prisão. Qual é de fato a política de atenção à saúde da mulher que está na prisão? Eu faço essa pergunta porque, ontem, ao visitarmos as mulheres que estão presas, vimos lá que existe uma enfermeira, técnico de enfermagem, dois médicos: um clínico e um ginecologista que vão lá acho que duas vezes na semana, mas, conversando com as mulheres, inclusive no setor onde só existem mulheres grávidas, uma delas, segundo ela, já está com nove meses e nunca fez o pré-natal. São várias mulheres grávidas, se não me engano, são oito que estão grávidas, alguma no início da gestação, mas boa parte já com a gestação bastante avançada. Essa que me disse que nunca fez o preventivo já está pertinho de ganhar o bebê. E outras mulheres com problema de doenças sexualmente transmissíveis e algumas, pelo que soube lá, com problema como Aids, convivem juntas, estão com coceiras no corpo; enfim, cheias de problemas.

Eu gostaria que a senhora falasse qual é de fato a política da Secretaria de Saúde para essas mulheres em situação de prisão?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Olha só, a política que existe... É um problema de saúde, mas, dentro da Susipe, existem os profissionais de saúde que não são ligados ao SUS – eles são do sistema penitenciário. Então, essa equipe que a senhora viu lá é ligada à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe). O que a Secretaria Estadual de Saúde está fazendo é que existe um grupo de trabalho para essa política e que se reúne lá na Secretaria de Saúde.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Como é feita essa articulação da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Justiça?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Justamente... Há uma técnica da Secretaria de Justiça que se reúne conosco e discute os problemas lá do Sistema Penitenciário, lá do CRF, onde estão essas mulheres.

Nós, no mês de agosto, tivemos uma reunião com a Susipe, a Sespa e a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, onde está esse espaço que a senhora visitou ontem. O Município de Ananindeua se responsabilizou em orientar, treinar, criar e solicitar um Saúde da Família lá para dentro desse espaço. E garantir...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deixe-me entender, Drª Conceição. Falando claro: a Secretaria Estadual de Saúde não tem uma política de atendimento à saúde daquelas mulheres?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Exclusiva, não! Está em estudo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não tem? Está em estudo ainda...

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não tem.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Enquanto isso, as mulheres vão morrendo lá.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Veja só... São duas Secretarias que lidam com isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Secretaria de Saúde e de Justiça.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Nós fizemos articulações, porque nós queremos trabalhar...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas de quem é a responsabilidade: da saúde ou da Justiça fazer o atendimento dessa saúde das mulheres?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – É esse o grande conflito. Mas a saúde, SUS, a saúde SESPA está discutindo isso e pretende sim... Está trabalhando um plano para o Sistema Penitenciário, a começar pela Metropolitana, por Belém...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora conhece o presídio lá? A senhora conhece o presídio? Já foi lá?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não o visitei...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Secretaria de Saúde, o Secretário já esteve lá alguma vez?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Eu não sei lhe dizer se o Secretário foi. Eu não tenho conhecimento de que ele tenha ido.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu sugiro que vocês façam uma visita lá para que, realmente, se tome providências, porque aquelas mulheres estão com... Inclusive, faço esse pedido a vocês todos que estão aqui, a todos os servidores que estão aqui e todos os Secretários que estão aqui: visitem esse lugar que chamam de Centro de Reeducação, onde não existe nada de reeducação e a saúde é completamente ausente. Quem está lá como servidor é digno de pena, porque se eu estivesse na situação daqueles servidores eu não teria a menor coragem de sair de casa para trabalhar. Sem infraestrutura nenhuma, num lugar totalmente insalubre. É um negócio horroroso.

Eu faço aqui este apelo a vocês para que conheçam o presídio feminino aqui do Estado do Pará. É colocar essas mulheres para morrer lá sem nenhuma assistência. A alimentação é inadequada, tudo é inadequado. A saúde não existe ali, Drª Conceição. Então, nós vamos tomar providências com relação a isso.

É preciso haver uma ação imediata aqui do Estado do Pará. Parece-me que a Saúde não se sente responsabilizada por aquilo ali. A Justiça também não se sente responsabilizada. A senhora não está conseguindo explicar aqui para nós se tem uma política de atendimento para as detentas. Isso é muito grave. É muito grave!

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não, não é que não estou conseguindo. Essa política não existe, ela está em processo de construção.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então não existe. Então está claro: não existe uma política de atendimento à saúde das mulheres detentas.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não existe. Nós estamos discutindo isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há mulheres grávidas, mulheres jovens, mulheres com deficiência. É muito grave.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Mas, veja só, ontem à noite, eu não li, ainda não abri esse relatório. Eu pedi um relatório ao Município de Ananindeua, para me dizer como estava a situação de lá. Eu não conheci o espaço, mas eu recebi um relatório que tem fotos, do Ministério Público. Realmente, as condições de lá são degradantes, nós sabemos disso. Por conta de tudo isso, nós nos reunimos com a Susipe, com o Município onde está, porque a nossa preocupação não é só com essa, doutora, mas com as demais também, com os outros Municípios onde temos mulheres em sistema penitenciário. Então, estamos começando essa discussão, para se criar uma política pública, porque ela não existe, mas nós estamos iniciando por um plano de trabalho.

Pelo que é de meu conhecimento, esse relatório que recebi ontem, que ainda não li, eu posso repassar-lhe, porque o Município de Ananindeua está me dizendo no relatório o que eles fizeram. Nós estamos cobrando deles, porque essas mulheres estão dentro da abrangência do Município de Ananindeua. O Estado vai ajudar nesse sentido, mas o Município também...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas ali tem uma despesa de todo o Estado, não é o Município que toma conta dessa demanda.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Mas eu desconheço, porque foi colocada a situação das mulheres grávidas, a necessidade do pré-natal...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O sistema prisional, Drª Conceição, é de responsabilidade do Estado. Ali há mais de 600 mulheres presas de todo o Estado. Portanto, não é de responsabilidade de um Município dar conta daquela demanda.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não, não estou dizendo...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O que o Estado pode fazer é parceria com os Municípios, para que eles possam entrar e ajudar. Mas o Estado não pode se abster dessa sua responsabilidade de cuidar daquelas mulheres, em todos os aspectos, não só na saúde. É na saúde, na assistência, na educação, no trabalho. Há mulheres ali que estão trabalhando fora e estão voltando. Quem é responsável por isto?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Veja só...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Como é que essa política se dá?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Veja só, mas aí a senhora está passando a responsabilidade toda para a Saúde, o sistema é em rede. Nós trabalhamos em rede.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Drª Conceição, por favor, abstenha-se ou pelo menos espere que a Relatora faça o seu raciocínio, as suas perguntas.

Eu sei perfeitamente que a senhora está na sua condição, representando aqui o Secretário de Saúde. Agora, por favor, não se abstenha de informar. A senhora não tem culpa, a senhora faz a sua parte. O Dr. Helio deve estar fazendo...

Eu quero dizer do meu respeito e da minha consideração pelo Dr. Helio. Agora, não transfira a responsabilidade para o Município. Até mesmo porque, se nós formos nos detalhar, eu vou lhe dizer que o Governo do Estado não está passando recursos para Ananindeua. Então, por favor, dê as suas informações devidas. (*Palmas.*) Porque aí nós vamos ter que falar em termos de Estado.

Talvez você me considere até suspeita no que diz respeito a Ananindeua, porque atender 550 mil pessoas, a área de Belém, Marituba, Benevides, não é fácil.

Eu não me vejo aqui como a pessoa que sou, mãe do Prefeito lá, não tenho nada a ver com a questão da administração. Agora, por gentileza, dê as suas informações enquanto técnica, enquanto Secretaria. Se o Dr. Helio lhe delegou esses poderes, por favor, repasse os dados. Isso aqui exige seriedade. São dados concretos nos quais poderemos perfeitamente ir a fundo. Talvez isso fique muito ruim não só para você, mas também para o Dr. Helio e até para o próprio Governador, tá? Obrigada.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Eu poderia falar?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Gostaríamos que a senhora concluísse a sua fala, acrescentando as informações que ainda faltam.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Na realidade, acho que a senhora me interpretou errado. Desculpe se eu não soube me expressar. Deixe-me falar-lhe. O Município de Ananindeua, nós não estamos transferindo. Ele está nesse processo conosco, na Coordenação Estadual Saúde da Mulher, que contempla, na nossa política de saúde da mulher, a mulher em situação de prisão. A política Saúde da Mulher contempla a mulher em situação de prisão. Então, nós chamamos o Município de Ananindeua como parceiro nessa discussão. O Município de Ananindeua assumiu uma responsabilidade para nós e, quando pedimos um relatório, foi como parceiros, porque tivemos uma reunião e discutimos sobre isso e que o Estado iria apoiar no que for necessário, tanto é que a Secretaria de Saúde colocou: olha, nós temos dificuldades na questão da rede de laboratório. Então, nós precisamos do apoio de vocês no sentido da garantia dos exames. Então, estamos fazendo como parceria. Não existe essa questão política dentro da área saúde da mulher, na discussão com a área de saúde do Município de Ananindeua.

Então, eu peço à senhora que... Eu acho que teve uma interpretação errônea aí.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não, absolutamente que não.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Não é nesse sentido que a senhora está pensando.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não, não. E também não me interprete da forma como a senhora está colocando.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Conceição, a senhora já respondeu todas as questões?

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Acredito que sim...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Da minha parte, estou...

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – ...que respondi sim. Agora, só deixar colocado isso daí, que o Estado não está se omitindo nessa questão do trabalho com as mulheres; pelo contrário, existe esse grupo de trabalho, onde já se discute. Nós sabemos dessa situação lá de dentro e estamos preocupados sim – talvez uma intervenção maior –, mas é como eu lhe falei: existe toda uma rede que está envolvida nisso. E a sua fala está colocando como sócia, a saúde não estivesse fazendo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A saúde no presídio é responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, articulando com as demais secretarias, mas a responsabilidade é da saúde.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Mas as condições precárias do espaço físico do presídio não são responsabilidade da área da saúde.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Com certeza. A senhora tem razão.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Essas condições em que elas estão. E a mulher grávida que lhe falou que não fez nenhum preventivo, eu até acredito que ela não tenha feito preventivo, mas me estranha muito, neste momento, essa grávida não ter feito nenhum acompanhamento do pré-natal, porque essa questão foi toda discutida e ficou garantido que todas as mulheres, não só a que está grávida, teriam um acompanhamento do pré-natal. Então, vamos verificar essa situação, porque nos preocupa, para lhe dar uma resposta.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, então, vamos fazer o seguinte para avançarmos.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Com relação ao atendimento específico na área da saúde às mulheres do presídio, solicitamos que vocês nos passem um relatório de como está sendo feito o atendimento na área de saúde para essas mulheres, inclusive informando quais são as presas que estão recebendo acompanhamento pré-natal, e que essas informações cheguem para nós até a semana que vem.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Ok.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu agradeço aqui a contribuição que a senhora nos trouxe.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Ok. Muito obrigada. Bom dia a todos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Agradecemos aqui a sua presença.

Solicito que seja convidado o próximo secretário.

**A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA** – Só gostaria de informar e convidar a todos, se a senhora me permitir: na próxima segunda-feira, estaremos no Cine Olympia. O Secretário de Saúde agendou e estará com todos os servidores da Sespa, homens e mulheres, pelo último dia dos 16 dias de ativismo. Estaremos trabalhando com os nossos servidores da sensibilização pela não violência contra a mulher. Todos e todas aqui estão convidados a se fazer presente às 14 horas do dia 10, segunda-feira.

Bom dia a todos. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Drª Conceição.

Eu quero registrar aqui a presença do Tenente Coronel da PM André Luiz de Almeida e Cunha, Superintendente do Sistema Penitenciário.

Em seguida, nós teremos aqui a participação da Drª Maria Alves dos Santos, Secretária de Assistência Social do Estado do Pará.

Vinte minutos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretária, só lembrando que há duas perguntas que são gerais, que gostaríamos que a senhora falasse.

Como a Secretaria de Assistência Social se articula com as demais secretarias, para contribuir no processo de diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências contra as mulheres e também com relação ao orçamento em 2012 e 2013?

E faço aqui, também, novas perguntas.

Quantas casas-abrigo existem no Estado e quantas mulheres atenderam nos últimos anos? Há capacitação específica dos CREAs para lidarem com a violência doméstica contra as mulheres? Considerando o mapa da violência e tendo em vista as cidades mais violentas do Pará, pergunto se há CREAs nessas cidades e que políticas preventivas desenvolvem, como, por exemplo, a cidade Paragominas. Há CREAs lá?

Há alguma política para atender às mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas? Como funciona a política de abrigamento de mulheres em situação de violência em Municípios onde não existem casas-abrigo? Quantos centros de referência há nos Estados e qual a sua abrangência? Como está sendo estruturada a migração dos atuais Centros de Referência para o modelo do Pro Paz? Como se dará a absorção desse serviço?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Quero inicialmente fazer uma saudação à Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Em seu nome, quero saudar também a Deputada Federal Elcione Barbalho, o nosso Vereador Abel Loreiro; fazer uma saudação ao Deputado Alfredo Costa, à Vereadora Marinor.

Saudando toda a Mesa, quero fazer uma saudação às instituições, às lideranças aqui presentes a esta audiência pública, que, na verdade, transforma-se também numa oitiva, a partir do momento em que as pessoas estão sendo chamadas para prestarem depoimentos.

Quero inicialmente dizer que estou à frente da Secretaria Estadual de Assistência, há pouco tempo. Iniciei, atendendo à convocação do Sr. Governador no ano passado, no início do ano.

A Secretaria de Assistência tem como missão o acolhimento. Então, vou me ater à missão da Secretaria Estadual de Assistência.

Quero dizer que tomei um susto muito grande, quando assumi a Secretaria, pelas condições das unidades de acolhimento. E aqui não quero entrar em detalhamento, a não ser que seja necessário, para atender a um apelo do Governador Simão Jatene, no sentido de não administrar, olhando pelo retrovisor, mas olhando para frente.

Então, atendendo a esse apelo, quero falar das providências que estamos tomando, minha cara Senadora, e ver se, dentro desses esclarecimentos, a gente vai encaixando o que está aqui na relação de perguntas.

Bem, nós temos... Quantas casas de abrigo existem no Estado e quantas mulheres temos atendido ultimamente? Primeiro, quero dizer que a única casa com atendimento ao acolhimento era Belém. E ontem V. Exªs tiveram oportunidade de ver como ela era antes. É uma pena que o tempo não tenha sido suficiente para conhecer o funcionamento dela hoje. Então, estamos trabalhando para que essa casa seja um laboratório, uma unidade em que as outras unidades possam também se espelhar, passando por estágios sempre que for necessário.

Bem, de lá para cá, além de melhorar as condições do abrigamento de Belém, nós procuramos reestruturar a unidade de abrigamento de Santarém, atendendo à orientação do MDS no sentido de mudar a modalidade. Em vez daquela unidade que funcionava no fundo da DEAM, o que não é mais aconselhável, devemos trabalhar em unidade por aluguel.

Esse revezamento, de vez em quando, deve ser possível até para não expor essas mulheres a uma situação maior de risco. Então, nós optamos por alugar uma unidade em Belém. Não posso tornar público o local, por uma questão de segurança. A mesma coisa fizemos em Santarém. Na medida em que o Estado estrutura uma unidade do Pro Paz, com o pensamento de formar essa rede de atendimento, estruturamos também a unidade de abrigamento. Aí, então, comunicamos às autoridades: Juizado, Ministério Público, enfim, às autoridades do Município para, quando for necessário, a unidade seja acionada. Pessoalmente, levamos a gerente até as autoridades para conhecimento.

Portanto, além de Belém e Santarém, já estamos em providências finais para a estruturação da unidade de Altamira, considerando a complexidade decorrente do processo migratório que vive a região de Belo Monte. Altamira, então, é o centro de Belo Monte e enfrenta um processo migratório muito forte. Enfim, estamos trabalhando a estruturação de Paragominas, por exemplo. Estamos acionando uma unidade por aluguel, para abrigamento.

A mesma coisa estaremos fazendo em Breves, na região de Marajó, entendendo que se trata de uma região de extrema necessidade de uma unidade de abrigamento. Como já estava prevista também uma unidade do Pro Paz, para a atenção mais integrada, já vamos, na semana que vem – sexta-feira embarcarei à noite para lá –, fechar o aluguel da casa para a estruturação da unidade de abrigamento.

Em Marabá, ela ainda funciona naquele modelo antigo, mas vamos mudar, assim que houver a instalação da unidade do Pro Paz. Passaremos, então, para outra unidade.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Maria, não tivemos oportunidade de visitar a casa abrigo aqui de Belém. Não foi possível, em função do tempo. No entanto, as informações que nos chegaram é de que continua funcionando em espaço inadequado, distante das metas nacionais. São essas as informações que nos chegaram. Então, a minha pergunta é: o que vocês pretendem fazer para adequá-la às reais necessidades de atendimento digno?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – A impressão que tenho, perdoe-me, é de que quem passou essa informação talvez não tenha tido conhecimento após a mudança. Talvez esse conhecimento tenha sido antes da mudança. Eu convidaria quem passou essa informação... E estou pronta para ir junto, a qualquer momento, para fazer uma visita à unidade atual, porque eu tenho procurado... (*Palmas.*) de forma minuciosa... Pensa numa pessoa que gosta de cumprir com as obrigações! Eu tenho procurado, de forma minuciosa, fazer o que manda a Nacional. E, se houver ainda alguma falha, eu faço questão de complementar e tomar as providências necessárias. Faço questão! (*Palmas.*)

Quanto à capacidade...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A capacitação dos servidores.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Sim, a capacitação. Desculpa.

É uma preocupação nossa – sabe, gente? –, até por uma questão de responsabilidade para com a sociedade, não abrir uma unidade dessas sem que as pessoas passem por um processo de capacitação. Imagina uma pessoa aplicando uma injeção sem ter noções de primeiros socorros. Eu acho que é um desrespeito. Assim, da minha parte, eu não tenho o menor interesse, enquanto estiver à frente desta Secretaria, de praticar um ato dessa natureza.

Então, para cada unidade de abrigamento que abrimos, a primeira coisa... Nós temos, na Secretaria, uma diretoria que cuida da alta complexidade – e isso em relação ao abrigamento de mulheres e outras áreas também.

Agora, essas pessoas passam por uma capacitação lá, e nós trazemos a equipe também para cá, já que, aqui, nós temos outros instrumentos para garantir esse treinamento, o que nem sempre está disponível lá na unidade. Então, nós estamos fazendo as duas coisas.

Eu desaconselho alguém a abrir uma unidade... A comparação que eu faço é a seguinte: ninguém tem o direito de abrir um posto de saúde sem que a equipe seja preparada, porque dói... (*Palmas.*) Dói muito uma injeção aplicada por quem não tem o mínimo de conhecimento. Então, faço essa comparação.

É de extrema necessidade cuidar disso da melhor forma possível. Não abrimos uma unidade sem que as pessoas passem por esse processo de capacitação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora está se referindo aos CREAS, não é isso?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Unidades de abrigo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A minha pergunta, agora, é sobre se há capacitação específica para os servidores dos CREAS lidarem com a violência doméstica...

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Também.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ... contra as mulheres.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Então, aqui no Estado do Pará, minha cara Senadora, nós temos quatro CREAS regionais... Alias, três CREAS regionais criados, dois com vínculo direto com Brasília. São dois localizados em Marajó e um em Soure, que cuida de todos aqueles Municípios em torno de Soure. E temos outro em Breves.

Nós estamos com ações itinerantes extremamente interessantes. A equipe viaja pelos Municípios. Nós estamos até tentando ver, porque a experiência está sendo avaliada de forma positiva pelo MDS... Nós tivemos uma reunião, e o MDS concordou. Começamos por Breves e, agora, já estamos começando em Soure também essa ação itinerante. Já que cabe à Secretaria essa atenção à mulher em situação de violência, nós estamos com um foco voltado muito a essa questão.

Aliás, eu tenho visto algo impressionante nesse meu tempo à frente da Secretaria; eu tenho presenciado o que eu nunca havia tido a oportunidade de presenciar na minha vida. A mulher nem sempre tem condições, porque ela tem medo de falar e, depois, o agressor pegá-la lá na frente. Impressionante! E, ao pé do ouvido, a gente acaba ouvindo melhor.

Assim, nós estamos com essa ação, através dos CREAS. Esses nossos CREAS, aos poucos, serão transformados, com exceção dos de Marajó, em Regionais da Assistência, o que vai ser algo interessante. Já que o Pará é de uma dimensão enorme – e faz bem –, a gente vai transformá-los em unidades regionais, com equipes. Essas nossas equipes dos CREASs passaram por treinamento na fase inicial e passam por reciclagens permanentes. E uma coisa que tem feito muito bem para nós é que nós não abrimos mão de participar de todas as capacitações da Nacional. Agora, por exemplo, há equipes em vários Estados da Federação brasileira. São eventos e capacitações convocados pelo MDS dos quais temos feito questão de participar.

Há os CREASs estaduais e municipais.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu gostaria que a senhora falasse da capacitação específica com relação à violência contra a mulher. É isso que eu quero saber. É esse o tema. Há capacitação específica para atender às mulheres em situação de violência?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS –** Há capacitação específica. Dentro do processo de capacitação, o nosso foco em relação à mulher é muito direcionado. Então, quando a nossa equipe atua, o foco da capacitação é diretamente a mulher.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Considerando os dados do mapa da violência que já informamos aqui, pergunto se há CREASs nessas cidades onde os índices de violência contra a mulher são muito altos. Que políticas preventivas são desenvolvidas? Estou só seguindo as perguntas que já fiz.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Logo no início, houve toda referência ao Município de Paragominas. Agora, nós estamos estruturando... Lá há um Creas municipal. E nós estamos buscando uma relação maior com esse Creas no sentido de garantir a efetivação maior dessas políticas em atenção à mulher. Agora, já vamos estruturar o abrigo exclusivo de mulheres, para atender não só Paragominas; a ideia é atender a região, todos os Municípios que estão em torno de Paragominas. O Estado não terá condições de estruturar uma unidade como essa em cada Município, já que cada unidade não custa menos de R$50 mil por mês. O custo é de, no mínimo, R$50 mil por mês. Então, não poderá ser municipal, mas poderá ser regional, dentro de uma atenção regional.

A estruturação desse abrigo de mulheres de Paragominas vai acontecer nos primeiros meses do ano, a partir de janeiro. Por enquanto, nós estamos na fase de busca da casa para aluguel. Há um abrigo, há uma unidade lá, mas nos mesmos moldes desse que o MDS não aconselha mais. Por isso, nós vamos partir para uma unidade em caráter de aluguel.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Secretaria tem alguma política pública para as mulheres que vivem na região de Belo Monte?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Sim! Recentemente, fui, pessoalmente, a Altamira, aonde tenho ido por várias vezes. E tive a oportunidade de me reunir, pela segunda vez, com as mulheres do movimento de mulheres da região da Transamazônica, que, por sinal, é um grupo bastante atuante. Acontece algo interessante: se há um pico de energia, no outro dia, elas já estão lá. Elas acompanham, de forma permanente, o funcionamento da unidade de abrigo e também da DEAM da região de Belo Monte.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas há alguma política preventiva nessas regiões? Sabemos que os índices de violência sexual contras as mulheres nessas regiões é muito alto.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – É enorme, é altíssimo!

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas há políticas preventivas nessa área?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – É isto o que quero dizer: o abrigo nosso, nós o encontramos desativado, sem funcionamento, e o que nós estamos fazendo agora é reativá-lo, retomando o seu funcionamento, não mais nos moldes antigos, mas por aluguel. A partir daí, estamos estruturando melhor essa atenção em relação à mulher.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu não me estou referindo à casa abrigo, eu estou me referindo a políticas preventivas.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Quanto às políticas preventivas no que diz respeito à atenção da Secretaria, o que cabe à Secretaria? O acolhimento. Agora, dentro do acolhimento, eu quero dizer que a atenção é integral. A nossa equipe é completa, com psicólogo, com assistente social, com pedagogo, enfim, com equipe completa, que é o acolhimento. É o que cabe à Secretaria de Assistência.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora, por exemplo, tem conhecimento se o Governo do Estado aqui, independentemente da Secretaria de Assistência, tem políticas de enfrentamento a essa situação de violência contra as mulheres, para impedir que essas mulheres sejam abusadas sexualmente? Porque esse é um dado que nacionalmente todo mundo conhece: as mulheres, nessas regiões de grandes projetos, têm muitos problemas com a violência sexual. O Governo do Estado tem políticas de enfrentamento para que essa situação seja resolvida ou, enfim, tem políticas de prevenção a essa situação?

Eu gostaria que a senhora aproveitasse, na sua fala, para nos informar se há recursos previstos para isso. Se a senhora tem essas informações. Talvez a senhora não tenha valores, mas se há recursos previstos para atender as mulheres e impedir a violência sexual.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Quero afirmar que sim. O Estado do Pará tem diversas ações nas várias secretarias de Estado com essa missão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora pode citar algumas dessas ações?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Eu posso citar o que está diretamente ligado à Secretaria de Assistência, que é vinculado ao acolhimento à mulher no seu todo.

Agora, eu posso dizer a V. Exª que recentemente nós tivemos uma reunião com o Governador, e eu me lembro quando ele disse: “Unifiquem essas ações”. E as secretarias de Estado estão com a missão de tentar unificar essas ações, para que, em qualquer momento que alguém fizer a pergunta que V. Exª faz hoje para o Estado, o Estado possa mostrar esse cenário como um todo.

Então, eu vou informar a V. Exª por escrito – faço questão de fazer isso –, buscando as ações...

(*Manifestação das galerias*.)

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Psiu!

Secretária, continue.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Minha cara Senadora, a minha origem é dos movimentos. Tive a honra de iniciar a minha vida de trabalho como liderança comunitária. Depois, por força desse trabalho...

 **SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, eu gostaria que a senhora se detivesse às respostas, por causa do nosso tempo. Nós estamos com o tempo muito espremido.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu gostaria que a senhora continuasse dizendo o seguinte: se há também políticas de atendimento às mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas. A Secretaria da senhora, a Secretaria de Assistência Social como é que atende as mulheres indígenas e as mulheres ribeirinhas?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Pois não. Eu só queria que V. Exª me permitisse pedir respeito por uma história que foi construída com sacrifício. Eu queria que V. Exª me permitisse isso. (*Palmas*.)

À frente da Secretaria, eu tenho me esforçado bastante nesse sentido, e a população ribeirinha carece de uma atenção muito especial.

Nós estamos construindo agora, aderindo o Brasil Sem Miséria ao “Pacto pelo Pará sem Miséria”. Dentro desse pacto, minha cara Senadora, nós pretendemos dar um foco maior a essas mulheres que estão na região ribeirinha, e grande parte delas está vinculada à comunidade quilombola.

Nós estamos começando pelas comunidades quilombolas da região de Salvaterra. Pegamos um pequeno recurso que havia na Secretaria de Assistência e o vinculamos a várias comunidades quilombolas. Lá, nós estamos, quem sabe até, trabalhando um modelo que, a partir dali, possamos nos reunir com outras comunidades quilombolas e ribeirinhas e construir, aproveitando o que o Estado já tem, metas que venham a fortalecer um pouco mais essas comunidades que, a meu ver, carecem de uma atenção muito especial por parte do Poder Público municipal, estadual e, por que não dizer, por parte do Poder Público federal. Acho que a união desses órgãos vai contribuir muito para que nós possamos responder, de forma satisfatória, a esse desejo dessas pessoas, que é de receber uma atenção maior por parte do Poder Público.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, mais uma pergunta: o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todos os Estados da Federação já assinaram, inclusive o Estado do Pará. A senhora teria como falar, em breves palavras, se esse Pacto está realmente sendo cumprido ou se há alguma dificuldade no cumprimento dele?

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Nós estamos já o cumprindo em parte, mas eu acho que ainda é insuficiente. O governo Simão Jatene tem menos de 2 anos, agora neste segundo mandato, mas nós pretendemos, até o final, avançar no cumprimento dessas metas que foram estabelecidas quando foi assinado o Pacto com o Estado do Pará.

Eu posso afirmar, Senadora, da nossa vontade. Nosso tempo na Secretaria de Assistência não vai ser tão longo, porque eu vou estar de volta ao meu mandato a partir do ano que vem. Mas posso falar da nossa dedicação. E torço para que a pessoa que venha depois de mim leve isso adiante.

Eu posso dizer a V. Exª que uma coisa muito gratificante é a relação entre nós e os órgãos do Governo Federal. Eu diria a V. Exª que é muito pelo cumprimento das responsabilidades. Tem sido uma relação muito sadia. E a gente tem conseguido, de certa forma, extrapolar essa condição pessoal, partidária, e muito além, em defesa de tudo aquilo que traga benefício de fato para a sociedade.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Pergunto à Presidenta se tem alguma pergunta, porque da minha parte já fiz todas que deveria fazer.

E eu, particularmente, agradeço à Drª Maria Alves, que está aqui falando como Secretária de Assistência Social.

Obrigada pelas informações.

**A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS** – Eu é que agradeço imensamente a oportunidade. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Eu quero dar o meu testemunho aqui...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu só peço uma... Por favor, Presidenta, só para informar aqui.

É sobre a informação que passei antes, da Casa Abrigo aqui de Belém. Recebi agora há pouco que são duas Casas Abrigos que existem em Belém, uma é estadual e a outra, municipal.

A informação que chegou à Mesa não estava explicitada, mas é referente à Casa Abrigo municipal. Então, fica esclarecida aí a dúvida.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Eu só gostaria aqui de dar o meu testemunho sobre a ex-Deputada Tetê e pedir, mais uma vez, a compreensão da plateia, para que se mantenha tranquila a fim de que a gente possa acompanhar as colocações feitas aqui e que não haja esses confrontos, o que torna o ambiente muito pesado. E nós não gostaríamos, de forma alguma, de tomar algumas medidas.

Peço desculpas, Tetê, pelo que ocorreu. Estamos aqui para somar.

Eu chamaria agora a Drª Raimunda do Carmo Gomes Noronha, a nossa Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ela indicou a Drª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, a quem eu pediria que participasse conosco. (*Palmas.*)

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Maria de Nazaré, peço licença à senhora, mas eu vou aqui fazer outro registro antes de lhe fazer as perguntas.

Em função da ausência do Secretário de Justiça e Direitos Humanos aqui do Estado, o Dr. José Acreano Brasil Júnior, que não está aqui nem tem representante, eu vou fazer as perguntas, para que vocês saibam o que iríamos perguntar para ele, e vamos definir que ele tem um prazo de 7 dias para nos encaminhar essas perguntas para a CPMI.

E eu vou levar para a reunião da CPMI a sugestão de fazer a convocação do Dr. José Acreano, mas as perguntas que eu teria a fazer para ele, além daquelas duas iniciais, que todos estão respondendo são:

Quais são as políticas desenvolvidas para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas, negras e quilombolas?

Como a Secretaria de Justiça se articula com a Secretaria de Segurança na formulação de políticas de prevenção às violências contra as mulheres?

A CPMI visitou o Centro de Referência, que está em um prédio em péssimas condições, com goteiras, sem luz, sem nenhuma condição de atendimento adequado às mulheres. Fomos informadas de que um novo centro de referência irá funcionar no Pro Paz. Gostaria de saber quando, efetivamente, a nova estrutura estará disponível para as mulheres. Realmente, no prédio onde funciona o Centro de Referência, você precisa escolher as salas onde vai fazer o atendimento, porque não há nenhuma sala funcionando, com exceção de uma, onde toda a equipe está localizada, uma equipe altamente reduzida e que não tem a mínima condição de funcionar. Então, nós gostaríamos de saber quando, efetivamente, a nova estrutura estará disponível para as mulheres. Que providências a Secretaria está tomando para resolver a situação caótica do presídio feminino?

Então, essas perguntas nós queremos que o Secretário nos responda em Brasília.

Há uma outra pergunta: as mulheres estão denunciando o aumento de violência na região do Xingu, em Belo Monte, e o aumento de crianças e adolescentes em situação de prostituição na região. O Pará tem alocado recursos e ações para isso? Ou está usando em parceria com a Norte Energia os recursos financeiros que ela disponibilizou? Ou seja, a pergunta é: no Estado do Pará, recursos públicos estão sendo destinados para essa região do Xingu no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, mas também com relação à prostituição não só de crianças, mas de mulheres? O Estado tem alocado recursos públicos para o enfrentamento ou se está utilizando apenas os de parcerias com a Norte Energia? *(Pausa.)*

Eu quero aqui fazer um registro, também, que acho que a nossa Presidenta poderia fazer.

Enquanto isso, vou passar as perguntas para a Desembargadora, Drª Maria de Nazaré, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Senadora, eu gostaria, inicialmente, de me apresentar, embora V. Exª já tenha referido. Meu nome é Nazaré Saavedra. Sou desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado, estou na Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, representando o Tribunal. A Coordenadoria funciona como se fosse uma assessoria à Presidente.

Quero dizer que estou há pouco mais de um ano nessa Coordenadoria. A minha designação foi feita em agosto de 2011, inicialmente para a Coordenadoria Interinstitucional para Estudo e Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher. E, dando cumprimento à Resolução nº 128 do CNJ, que deveria criar uma coordenadoria estadual, essa coordenadoria foi criada e, como eu já estava à frente da Coordenadoria Interinstitucional, fiquei responsável pela Coordenadoria Estadual.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Muito obrigada, Drª Nazaré.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Quero enfatizar também, Excelências, que a Coordenadoria trabalha no próprio gabinete. Não temos ainda pessoal para desenvolver o trabalho. Todo o trabalho é desenvolvido com os meus assessores, e, na verdade, para eu desenvolver um trabalho desses, eu tenho de parar o meu trabalho no gabinete. A assessoria que está aqui é a assessoria do meu gabinete, os assessores, na verdade, do desembargador, e que a gente, na verdade, tem feito todo o possível. As pessoas aqui já me conhecem, através de encontros, através de seminários, através de ações educativas, e, no decorrer dessas informações, posso responder inclusive como coordenadora estadual e estou representando a Presidente do Tribunal de Justiça e, claro, vou falar pela Presidente dentro daquilo que, na verdade, eu tiver condições de responder. Se V. Exª me der oportunidade, eu gostaria, depois de passar o vídeo que está aí na tela... que, na verdade, é o trabalho que a gente vem desenvolvendo junto à sociedade civil, junto aos operadores do Direito, juntamente com as redes, um trabalho que é desenvolvido numa ação conjunta, como determina o art. 8º da Lei Maria da Penha, em conjunto com o Ministério Público, a Defensoria Pública, numa ação coordenada, porque é dessa maneira que você pode conseguir enfrentar a violência contra a mulher. A gente, na verdade, não vai dizer que está tudo 100%, mas a gente procura chegar a isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Maria de Nazaré, nós vamos levar ao conhecimento do CNJ a falta de estrutura da coordenadoria. Acho que é importante o CNJ também se manifestar.

Então, vamos combinar o seguinte: nós temos uma série de perguntas, eu vou proceder da mesma forma que procedi com os secretários e secretárias, vou fazer todas as perguntas e, na hora de fazer a apresentação, a senhora talvez já possa ir respondendo essas perguntas durante a própria apresentação.

Primeiro, as informações que nós recebemos aqui do Poder Judiciário não estão desagregadas por ano, conforme nós solicitamos. Por isso, solicito que as informações sejam reenviadas à CPMI conforme os nossos requerimentos, ou seja, que essas informações sejam desagregadas ano a ano para que possamos ter respostas que possam estar de acordo com as demais informações que nós obtivemos dos outros Estados.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, a esse respeito, eu posso informar o seguinte: o ofício que foi enviado à presidente e que nós tomamos conhecimento, e na verdade tomei a frente da coleta desses dados no mês de junho e julho, ainda de férias – eu estava de férias no mês de junho e julho – e preocupada realmente com esse levantamento que a CPMI pedia, voltei ao tribunal e fiquei o mês de junho e julho de férias juntamente com meus assessores e com outros assessores da informática na coleta desses dados. E como o ofício pedia os últimos 5 anos ou os últimos 12 meses, nós nos concentramos nos últimos 18 meses, até julho. Foram esses os dados que foram enviados. Porque eu entendi que, como essa visita da CPMI poderia vir de imediato, nós nos concentramos nesses 18 meses, até porque havia uma abertura no ofício para que esses dados fossem coletados senão dos últimos 5 anos, pelo menos dos 12 últimos meses. Então, essa coleta foi feita dessa forma.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A nossa assessoria está nos informando que, nos dados que nos foram repassados, não está especificado ano a ano. Por exemplo, 2009, 2010, 2011. É isso o que a gente quer, essa desagregação.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Exatamente por isso, Excelência. Eu estou falando que os dados foram referidos até julho de 2012, portanto, os últimos 18 meses: janeiro de 2011 até julho de 2012. Foram esses os dados repassados.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nós queremos os dados mensalmente, por ano...

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Mesmo sendo dos últimos 12 meses?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Isso, mensalmente.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Nós colocamos aqui também – nós estamos com a informática aqui instalada – que o problema maior, e acredito que isso ocorra em todos os Estados, é exatamente a fidelidade desses dados, em razão do programa... Vamos supor: nós fizemos vários levantamentos. Depois, nós começamos a fazer por vítima.

O CNJ, através da Resolução 46, fixou a tabela unificada; ele não trouxe essa obrigatoriedade da identificação por vítima. Não há essa obrigatoriedade. Inclusive nós pedimos agora à Presidente que levasse aos corregedores, nós temos inclusive essa decisão já, que levasse ao CNJ, para que fosse obrigada essa... O que acontece? Vamos supor, o tribunal do júri, eu fui até ao colega que faz tribunal do júri e ele disse: Nós não temos. Nós vamos pelo agressor. Nós vamos pelo autor. Nós não vamos pela vítima.

Então a dificuldade de se coletar esses dados, na verdade foi isso, mas nós fizemos várias formas de se coletar esses dados e, na verdade, mandamos o ...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora depois complementa naquilo que for possível, as informações solicitadas pela CPMI.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Isso, tudo bem, Excelência.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Está bem, Drª Nazaré?

Então vou fazer as perguntas, e ai, na apresentação da senhora, na medida do possível, já vai respondendo às perguntas.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Pois não.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Senadora?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Gostaria de convidar a Deputada Ana Cunha para se fazer presente aqui, participar da mesa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, a senhora está com as perguntas em mãos.

Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, como eu disse...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu vou ler todas elas e a senhora vai respondendo. Eu pediria que fosse de forma breve por causa do nosso tempo, nós temos ainda dois órgãos para serem ouvidos.

Há apenas três varas de violência doméstica na capital, todas com número excessivo de processos. Essas varas, em virtude do número de processos, deixaram de realizar a competência cível conforme determina a Lei Maria da Penha. No entanto, há sete varas de família com número de processos muito menor.

Pergunto: Como o tribunal pensa em resolver o problema? Há previsão para a criação de juizados especializados ou novas varas? O tribunal já analisou a possibilidade de transformar varas de família em juizados de violência?

Há 3 varas de violência doméstica, mas apenas um juiz titular na 2ª Vara, que acumula competência com a 3ª Vara; a juíza da 1ª Vara também não é juíza titular – que inclusive está aqui, não sei se ela continua. Está aqui –. Essa situação prejudica a prestação jurisdicional às mulheres em situação de violência. Como o tribunal pretende resolver essa situação? E no interior, há previsão de criação de varas especializadas?

Constatamos que a equipe multidisciplinar possui um número reduzido de profissionais, considerando o número de processos em tramitação nas três varas. Há previsão para ampliar essa equipe? Como os juízes da Vara de Execução Penal têm atuado para garantir o direito a um tratamento humano às mulheres em situação de prisão? Os juízes da execução costumam visitar a casa de detenção das mulheres e verificar *in* *loco* suas condições de funcionamento e estrutura? Há capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha?

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Respondendo a primeira pergunta: Como a Coordenadoria estadual está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? Excelência, como disse, estou na Coordenadoria há pouco mais de 1 ano e nesse período nós destacamos a criação de canais de comunicação e cooperação com parceiros e as redes de atendimento, através de reuniões periódicas, de palestras, de visitação a abrigos, a delegacias, audiências públicas.

Então, essas reuniões, as reuniões que nós fazemos, periodicamente, reuniões periódicas do grupo interinstitucional de trabalho e prevenção à violência doméstica e família contra a mulher, e temos aí, se V. Exª puder olhar a tela, os juízes das varas, os representantes do Ministério Público, a Defensoria Pública, e essa reunião é feita periodicamente, mensalmente para os juízes trazerem os problemas.

Nós, inicialmente, quando assumimos a Coordenaria, na verdade, hoje nós temos seis funcionários na Vara, nós procuramos implementar essa Vara, mas a Drª Fátima, que foi ouvida ontem, deve ter dito que nós não tínhamos esse número de funcionários.

Hoje, V. Exª já visitou a Vara e viu que a Vara realmente está sendo saneada, pelo menos com seis. O que podíamos dizer a esse respeito? Acredito que sim, porque tem um concurso público e o Tribunal está chamando; e esse pessoal que está lotado na Vara, na Secretaria já é resultante desse concurso e foram chamados. Então, as reuniões para ouvir o problema dos colegas, inicialmente concentrávamos lá na sala da 1ª Vara e, depois, nós trouxemos...Junto ao Diretor do Foro e da Presidência, conseguimos aquele complexo lá em cima, conseguimos colocar as três varas lá para cima. E o trabalho, o espaço foi maior porque o espaço era muito pequeno e, assim, estamos trabalhando.

Essas bases de atuação, no que tange justamente a essas necessidades estruturais das varas no sentido de fomentar o diálogo com os servidores, tudo isso está sendo feito, mesmo em pouco tempo que a gente tenha, mas a gente se dedica, por exemplo, passo no Tribunal a maior parte da minha vida. Eu passo o dia todo. Nós saímos de lá... Meus assessores almoçam lá, todos andam com quentinha, levam quentinha, eu almoço no tribunal e os meus assessores almoçam no tribunal para a gente poder dar conta desse recado.

Então, os colegas das duas varas... Então, respondendo... Não sei se respondi à pergunta de V. Exª com referência a esse trabalho. Em 2013, o CNJ exige que a gente mande o planejamento 2013 até o dia 20 de dezembro. Então, esse planejamento do trabalho que vai ser realizado durante 2013 já está quase pronto para ser enviado para o CNJ.

Três varas de violência doméstica, todas com número excessivo de processo. Muito bem, Excelência. Aqui no Estado do Pará era o único que trabalhava com cível e criminal. E as varas estavam – a Drª Fátima deve ter relatado a V. Exªs –, superlotadas com os crimes de menor potencial de pena prescrevendo. Então, os juízes que a antecederam, a Drª Rosa e a outra juíza, Drª Fabíola, fizeram uma exposição de motivos, mostrando inclusive julgados do STJ, do Supremo nesse sentido: de que as varas poderiam concentrar somente o criminal e que poderiam dar atenção maior a esse detalhe e, na verdade, não...

Isso aqui é um seminário de enfrentamento da violência doméstica familiar contra a mulher que realizamos aqui. Assumimos a Coordenadoria em agosto e realizamos no dia 30/09, foi em nível estadual, mas teve repercussão nacional porque trouxemos aqui juízes do Ceará, do Rio de Janeiro e de Mato Grosso numa troca de experiências, numa troca para ver como funcionava lá, como é que podíamos melhorar aqui e tudo o mais. Esse foi o funcionamento, temos ali os delegados, a delegada da DEAM, temos o Ministério Público, temos a defensora pública do homem, que está lá também. Então, procuramos trabalhar dessa forma para, na verdade, procurar um resultado melhor em uma ação integrada com os poderes.

Muito bem. Então, está explicado porque saiu o cível. Uma das varas, que foi a 3ª Vara, era uma vara cível e a Presidente transformou na 3ª Vara.

Nós temos, eu acredito que sim, porque isso faz parte do planejamento estratégico da Presidência, a criação de varas, porque depende de orçamento e tudo o mais. Mas eu quero até dizer para a Deputada Elcione que agora vai ser instalada a 11ª Vara em Ananindeua. Ela foi uma das que fez o pedido para instalar uma vara da mulher, contra a violência doméstica, com competência para apreciar a violência doméstica e essa vara, Deputada, está sendo instalada, já foi designada e, até o final do ano, a Presidente está inaugurando a 11ª Vara com competência para apreciar.E nós tivemos, no último...

*(Interrupção do som.)*

...no lançamento da campanha Compromisso e Atitude, fizemos um apelo ao Secretário de Segurança para que levasse para lá, para Ananindeua, uma DEAM, já com uma vara específica, uma vara para tratar desse assunto. Para tratar do assunto da violência contra a mulher, teria que haver, na verdade, uma DEAM.

Então acredito que o tribunal realmente vá resolver esse problema. Esse número de processos eu acredito que esteja bem reduzido, porque saíram mais de 10 mil processos da vara criminal para a vara cível. A competência era da vara cível. Não sei se ela vai transformar uma vara cível em criminal, mas, com certeza, há outras varas.

E a Presidente, na verdade, é sensível a esse problema. Tudo que eu estou levando, que eu levo, como coordenadora, a situação que eu levo ela está pronta a ajudar, sempre esteve. Agora, sabemos que o tribunal trabalha com orçamento.

Quanto a esse pessoal, foi mais educativa a experiência que foi feita na praça. Está lá. Em conjunto com o Poder Executivo estadual e o Poder Executivo municipal, no sentido de conscientizar, no sentido de divulgação da Lei Maria da Penha e de conscientização. Então, contamos com esse espaço e essa tenda, e tudo o mais, para poder distribuir material.

V. Exª está recebendo uma pasta com todo o material – eu entreguei aí –, com todo o material de divulgação que nós fazemos da lei, todo o trabalho, o CD onde estão todas as fotos de todo esse trabalho que o tribunal vem desenvolvendo através da Coordenadoria da Mulher. E acredito, sim, que a Presidente...

Quer dizer, a Presidente está chegando ao final da gestão, mas já tem uma outra gestão pela frente, a partir de 2013, e acredito também que a Drª Najla, que foi eleita Presidente, é muito sensível a essa ação de enfrentamento da violência contra a mulher. Acredito que ela vá...

Outra coisa, a informação que esqueci de dar. Nós não temos, na vara criminal, competência cível. Mas tem competência do júri. A vara faz júri. As três varas fazem júri.

Respondendo, há três varas, mas apenas um juiz titular na 2ª Vara, que acumula competência com a 3ª. O juiz titular da 3ª Vara é titular da vara, acredito que agora deva assumir, porque ele está auxiliando a Corregedoria. É juiz auxiliar da Corregedoria da área metropolitana, é titular da vara, mas está auxiliando a Corregedoria, por isso não está na vara. Acredito que como a corregedora agora vai sair, ele ocupe a vara.

Também não acho que essa situação prejudique a prestação jurisdicional, porque nós estamos à frente dessa 3ª Vara, acumulando a 2ª Vara, um juiz que realmente é diligente e que, apesar de ser homem, assumiu a vara, vestiu a camisa, inclusive é juiz auxiliar da Coordenadoria, o Dr. Otávio, aqui presente.

E no interior, há previsão de criação de varas especializadas?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, antes que a senhora avance. Há prazo para ter mais juízes para que o juiz não acumule a 2ª e a 3ª Varas?

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, tem um concurso público para juiz, porque a deficiência, no Estado, realmente é muito grande. E o concurso está aí, o Presidente está chamando. Eu acredito que não haja, porque... Não posso lhe responder o tempo que pode vir, mas podemos conversar com a Presidente, mostrar que, na verdade, pode haver prejuízo a essa situação, ao jurisdicionado...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque é bom lembrar que na 1ª Vara a Dra. Maria de Fátima... Ninguém nega o belíssimo trabalho que ela vem fazendo – a gente presenciou isso ontem, o esforço não só dela, mas de toda a equipe – mas ela não é a titular da Vara. Ela, a qualquer momento... Ela acumula. E na 2ª e na 3ª Vara é um único juiz que responde pelas duas. Ela não acumula, mas ela não é a titular da Vara; não é a titular.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Eu só quero colocar o seguinte: a respeito do que eu saiba de juiz titular, parece-me que existe alguma coisa – porque estava parada essa coisa de titularidade de juiz para vara, isso até por conta de decisão do CNJ –; parece-me que agora vai começar a movimentar, mas a parte de titularidade de vara estava suspensa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Desembargadora, nós solicitamos à senhora, então – acho que é importante fazer isso –, que a senhora leve ao conhecimento do Presidente do Tribunal aqui do Estado essa preocupação da CPMI de que há três varas e nenhuma dessas três varas tem um juiz titular.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, eu fui informada aqui...

**A SRª ANA RITA** (PT –ES) – Eu sei, a 2ª é titular, mas que acumula a 2ª e a 3ª, é isso que eu quero dizer.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – É, ele está acumulando a 3ª.

**A SRª ANA RITA** (PT –ES) – Então, que leve essa preocupação da falta de juízes para que tenhamos juízes em todas as três varas atuando de forma efetiva.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Eu estou recebendo aqui, Excelência, que o prazo para o juiz titular voltar para assumir a 2ª Vara vai ser até janeiro; ele está assumindo a 2ª Vara. E também já se abriu remoção, está aberta a remoção para a 1ª Vara. Está aberta a remoção para a 1ª Vara, já há edital; já há edital para a remoção. O juiz se inscreve, o tribunal aprecia e pronto.

Muito bem, quanto à previsão de criação de varas especializadas no interior, também eu não posso responder a isso porque isso também depende do planejamento estratégico da presidência. Eu acredito que esta presidência não tenha mais como fazer isso, só a próxima gestão, mas os juízes criminais assumem esta parte.

“Constatamos que a equipe multidisciplinar possui número reduzido de profissionais...”. Sim, nós constatamos isso, levamos esse problema também à Presidente, porque a equipe multidisciplinar não tem realmente nem como tirar férias; quando tira férias fica sem ninguém, e tal; mas o concurso também está em aberto e estão sendo chamados de acordo com a classificação.

Acredito que essa equipe seja pelo menos duplicada: dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois pedagogos, etc; mas parece-me que assistente social nós temos mais de dois; temos três na vara, parece-me, não é? E psicólogos também temos dois. Pedagogo só temos um; parece-me que é isso, mas assistente social nós temos três e psicólogos nós temos dois.

Ah, temos cinco assistentes sociais, temos três psicólogos e um pedagogo.

**A SRª ANA RITA** (PT –ES) – Mas para três varas é muito pouco, não é, é muito pouco.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – É, nós vamos levar esse problema, aliás, nós já levamos. O ideal realmente é que seja uma equipe para cada vara, esse é o ideal. Inclusive a própria Coordenadoria, a Resolução, não só a do CNJ, nº 128, como a Resolução nº 6, do Tribunal, que criou a Coordenadoria Estadual, estabelece uma equipe multidisciplinar para a Coordenadoria exatamente para quê? Para ela poder sair e treinar, para fazer treinamento.

Então, como essa Coordenadoria foi criada agora em julho e está dependendo exatamente... Nós apresentamos ao Tribunal, à Presidente, um projeto para implementação dessa Coordenadoria através da criação de cargos de técnicos e também dessa equipe multidisciplinar para que possa dar apoio à Coordenadoria.

**A SRª ANA RITA** (PT –ES) – Mas eu faço aqui novamente o pedido: eu acho que é importante dizer para o Presidente do Tribunal que a CPMI esteve aqui e se manifestou preocupada com relação a isso: a importância das três varas realmente serem reestruturadas com profissional suficiente, não só juízes titulares em cada uma delas; mas também ter uma equipe que dê conta de toda a demanda. E uma equipe para cada vara, porque a equipe que também tem hoje, apesar de todo o esforço, é insuficiente.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Levaremos a preocupação da CPMI ao conhecimento da presidente.

Quanto aos juízes da Vara de Execução Penal, se têm atuado para garantir um tratamento humano às mulheres em situação de prisão, acredito que sim. Pelo menos, falo por um juiz que eu conheço, da 1ª Vara, que é um juiz de projetos, um juiz que leva projetos para dentro das penitenciárias.

Por exemplo, no lançamento da campanha Compromisso e Atitude tivemos um coral Dó Ré Mi Faz Melhor – não sei se está aí nas fotos –, que é de uma equipe de presidiárias, nascido dessa campanha, que fazem parte desse projeto do Dr. Cláudio Rendeiro – o Dó Ré Mi Faz Melhor. Eles se apresentaram. Cantam, tocam violão. Então, a Execução Penal, realmente, dá essa assistência.

Quanto à capacitação, Excelência, há um programa de padronização de rotinas judiciais do tribunal, cujo autor do projeto está aqui, o Dr. Cristiano, que é Juiz Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior. Esse projeto teve início em 2009 a 2010, com rotinas de processo civil. De 2011 a 2012, ele apresentou rotinas de processo criminal, com elaboração de manuais de rotina, cujo alvo são os juízes e servidores.

A capacitação desse programa. Há um Projeto Servidor Eficiente, cujo alvo alcançou mais de dois mil servidores, entre servidores do tribunal e servidores de prefeituras que trabalham nessas comarcas, complementam o quadro nas comarcas do interior. O andamento atual é de 55% de capacitação concluída e 100% até janeiro de 2012. Há uma continuidade desse programa com outros projetos que serão executados conforme a política institucional da nova gestão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Até janeiro de 2012 ou 2013?

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Até janeiro de 2013 atingirá os 100%.

Então, Excelência, como estou assumindo em 2013 a Corregedoria das Comarcas do Interior, e terei, na verdade, que entregar a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, porque é impraticável eu ficar com tudo isso. É com muita pena, porque eu gosto do trabalho, gosto do que eu faço. Mas me comprometo, na verdade, à frente da Corregedoria das Comarcas do Interior, continuar implementando esse projeto, inclusive alardeando a capacitar esses juízes que cuidam da violência contra a mulher.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, a senhora ainda não se referiu ao tratamento às mulheres em situação de prisão. Gostaríamos que a senhora levasse a preocupação também da CPMI, para que os dois juízes que hoje respondem pelas três varas ...

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, vou responder agora, né? Vou responder agora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ... que eles possam visitar o presídio feminino, para conhecer aquela realidade.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Da realidade do presídio feminino e de qualquer outro presídio todos os juízes estão conscientes, eles visitam. Há visita carcerária, é obrigatória a visita carcerária pelos juízes e pela Corregedoria. A Corregedoria faz as visitas e todas as vezes que voltam os ofícios às autoridades competentes sobre a situação daquela prisão onde se encontram as mulheres ou onde se encontram quaisquer presos, independentemente do sexo, mulher ou homem, é comunicada às autoridades competentes.

Essas visitas carcerárias, feitas tanto pelos juízes quanto pela execução penal, quanto pelos juízes execução penal, é mensal e todas as vezes... claro, os juízes têm que se respaldar, mostrando a situação em que vivem esses presos. Então, todos os juízes, tanto do interior quanto da Capital, quanto às Corregedorias, têm ciência desse fato e comunicam as autoridades competentes da situação.

Vou dar um exemplo, eu queria até fazer... mostrar as V. Exªs esse abrigo a que a secretária se referiu ainda agora, que na verdade fizemos visitas a esse abrigo, eu gostaria que chegasse lá. Anteriormente, esse abrigo estadual era atrás da DEAM, não tinha condições. Eu várias vezes falei com secretário, com Governador e conseguimos, na verdade, que esse abrigo fosse retirado de lá.

Estivemos no abrigo estadual, Unidade de Acolhimento Temporário, eu, toda a minha equipe, o juiz. Estávamos, naquele dia, inclusive resolvendo um problema de medida protetiva; a senhora que estava lá com a sua criança em situação... Esse é o retrato do abrigo estadual.

Realmente ficamos deslumbrados com o local onde está agora alocado o abrigo. O primeiro não tinha condições nem de ficar, porque não havia quarto individual. Então, nesse ponto eu ressalto aqui o que a secretária falou, realmente o abrigo está em condições, basta que visitem lá. Tentamos resolver uma situação, de uma senhora que estava abrigada, muito bem abrigada, numa cama, com quarto individual, diferentemente daquele em que anteriormente eram colocados. Tentamos resolver com o juiz de Salinas, uma medida protetiva, de imediato, porque essa senhora estava no abrigo e morava em Brasil Novo.

Então, todos os juízes estão atentos, porque nas visitas os juízes nos acompanham, Ministério Público, a Defensoria Pública, Drª Arlete, aqui presente. O nosso trabalho está sendo esse, é um trabalho realmente difícil, não é fácil realizar um seminário. Assumimos a coordenaria em agosto e realizamos um seminário em setembro, sem recursos. Conseguimos porque a união faz a força.

O trabalho de combate à violência contra a mulher, na verdade, de um modo geral, deve ser um trabalho agregado, tem que ser um trabalho em que todos se dêem os braços, todos unam as forças para haver esse combate.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, gostaríamos de também solicitar à senhora que envie à CPMI um relatório das varas de execução penal, sobre a situação da penitenciária feminina, dos acompanhamentos feitos pelos juízes, os relatórios. Possa estar nos informando...

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Nós estávamos com a juíza auxiliar, da Corregedoria. Os dois juízes auxiliares, tanto da Corregedoria da capital como da Corregedoria do interior, que já, com certeza, irão providenciar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – As providências que vocês solicitaram e tudo mais.

Também gostaríamos de saber, Drª Nazaré, se há alguém designado para assumir, no lugar da senhora, a Coordenadoria, já que a senhora vai assumir a Corregedoria.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Não sei, acho que ainda não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não?

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – É, mas eu estou ficando até dezembro. Estou ficando, veja bem, estou inclusive de férias, interrompi minhas férias para poder fazer esse trabalho, para poder trazer os dados que V. Exª está pedindo. Espero que hoje, pelo menos, gostaria de dar um pulo, quando terminar esse trabalho aqui. Quero ir embora, a Salinas, ver como está a minha casa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Da minha parte, quero aqui agradecer à Doutora Maria de Nazaré, representando a Presidente do Tribunal do Estado do Pará, a Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes.

Quero aproveitar o momento para agradecer o acolhimento que nós tivemos principalmente pela Juíza da 1ª Vara, Drª Maria de Fátima, e também ao Dr. Otávio, que se fez presente, a Drª Ana Angélica e toda a equipe, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública. Foi uma reunião produtiva, uma reunião proveitosa, na qual tivemos a oportunidade, inclusive, de conhecer as dependências da 1ª Vara, o esforço que a equipe tem feito para dar conta dos processos, a organização e a disciplina do trabalho. Vimos o esforço que a equipe tem feito, inclusive trabalhando nos finais de semana, para não deixar nenhum acúmulo de processo. Mesmo assim, tivemos a informação de que estão lá em torno de 3 mil processos. Realmente, a equipe é diminuta, é muito pequena, apesar do esforço é impossível dar conta do trabalho. Então, quero fazer esse registro porque é um trabalho que tem sido feito com muito zelo, com muito cuidado, mas que depende, também, de apoio para que a equipe possa ser ampliada e o trabalho possa ser agilizado. De qualquer maneira, Drª Maria de Nazaré...

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Só gostaria de ressalvar o seguinte: V. Exª colocou o Estado do Pará em quarto lugar, mas me parece que no mapa ele está em sexto. É só isso. Queria colocá-lo mais para baixo porque, na verdade, não está em quarto, mas em sexto.

**A SRª ANA RITA** (PT - ES) – Quem sabe o próximo mapa divulgado pelo Instituto Sangari nos dê a alegria de mostrar esses dados.

Então, gostaria de agradecer à senhora e também à Desembargadora Raimunda, que encaminhou a senhora até aqui. Solicitamos que nos sejam enviadas as informações que aqui levantamos, em particular o relatório da visita dos juízes ao presídio feminino, com todas as informações necessárias, porque a CPMI vai atuar nessa área. Então, queremos receber de vocês as informações necessárias.

Da minha parte, Srª Presidente, muito obrigada.

**A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES** – Excelência, gostaria de agradecer a colaboração que nós tivemos da minha assessoria, dos juízes auxiliares, dos juízes das varas; da informática, porque todos os dias estive lá para atualizar os dados; fomos levar os dados para qualquer coisa, qualquer pergunta sobre qualquer processo a gente informar em tempo real.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Gostaria, neste momento, de agradecer à Drª Nazaré Saavedra e lamento que a senhora esteja ficando. Acabei de comunicar à nossa Senadora sobre o quando existe do seu comprometimento, do seu trabalho, do seu envolvimento com a causa. Meus parabéns! Que a Srª continue a orientar essa turma aí para que não percam o gás, esse entusiasmo. Isso é muito importante para todos nós. Muito obrigada por sua participação. Meu lamento por sua ausência breve dentro desse sistema. Obrigada.

Antes de cumprimentar aqui a nossa ex-Senadora, a nossa Vereadora Marinor...Quero agradecer-lhe, Marinor, pela sua presença, sei do seu trabalho, de sua determinação. Ela nos deixou aqui um ofício se colocando à inteira disposição desta CPMI na condição de ex-Senadora e de Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas no Senado Federal, cujo relatório parcial foi aprovado no dia 11 de dezembro para relatar o conteúdo colhido em várias cidades brasileiras referentes à violência contra a mulher. Muito obrigada. Fica registrado. Vou passar à nossa Relatora.

Quero registrar também a presença da Trindade. A Trindade, embora não esteja indicada oficialmente, também deixa o seu lamento em razão de não haver uma Secretaria da Mulher. Obrigada, Trindade, por sua participação. Parabéns! Continue como uma grande militante nessa área.

Chamaria agora, por gentileza, o Dr. Sandro Garcia de Castro, representando o Dr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Sandro, agradecemos a sua presença, retomamos as duas perguntas iniciais, que são do conhecimento do senhor e vou fazer as perguntas seguintes.

Eu gostaria de contar com a colaboração de vocês, porque o horário já está bastante adiantado e ainda falta ouvir a Defensoria Pública.

Que ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica?

Quantas promotorias da mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra as mulheres indígenas?

Como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais no interior para evitar a situação de prisão de adolescentes femininas e mulheres com homens, situação que já ocorreu no Estado?

Visitamos o presídio feminino que se chama Casa de Reeducação Feminina, mas que não reeduca ninguém porque está em péssimas condições. Que providências o Ministério Público tem tomado para melhorar as condições prisionais das mulheres?

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Senadora Ana Rita, Deputada Elcione, emérito Vereador Abel Loureiro, Deputada Ana Cunha, senhoras e senhores, colegas promotores, colegas juízes, eu queria inicialmente agradecer a oportunidade que está sendo dada ao Ministério Público para também expor à sociedade e à própria CPMI o trabalho que está sendo desenvolvido na área do combate à violência contra a mulher. Dentro do Ministério Público, é muito mais do que a mera violência doméstica. Inclusive, há um núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher em todos os seus níveis.

Inicialmente, eu queria dar uma noção do que é a estrutura, já que foi solicitado, com essas perguntas gerais, o que está sendo feito pelo Ministério Público individualmente e conjuntamente nessa batalha.

O Ministério Público, desde o seu início, desde o surgimento da Lei Maria da Penha, foi um dos pioneiros, dentre todos os Estado do Brasil, na questão do combate à violência contra a mulher. Tanto que em menos de seis meses já havia, dentro da capital do Estado, uma promotoria específica com uma estrutura específica para a questão da violência.

Na capital, temos três varas, mas temos quatro promotorias, todas elas instituídas e efetivamente ocupadas, com exceção atualmente de uma, que está em fase de remoção, porque um colega há pouco tempo foi removido para outra.

Fazendo uma junção com a segunda pergunta, quanto à questão do orçamento, o Ministério Público, como órgão, tem um orçamento uno. Não existe um orçamento específico para promotorias.

As nossas promotorias estabelecem programas, criam programas e projetos, que são levados à administração superior, e a administração superior, verificando a possibilidade, dá os recursos necessários.

Eu devo dar como testemunho que, desde que foi instituída a nossa Promotoria, nunca, em momento algum, a Procuradoria-Geral negou qualquer coisa ao Ministério Público.

Tanto que, em diversas reuniões que nós mantemos com diversos colegas de promotorias de combate à violência doméstica do Brasil todo, o Estado do Pará, inclusive, é motivo de certa inveja. Quando chegamos em alguns Estados – sem quere ser deselegante, mas a título de esclarecimento –, em um Estado do Sul do Brasil como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, a estrutura do Ministério Público do Rio Grande do Sul chega a ser irrisória se comparada com a do Ministério Público do Estado do Pará. Eles mal têm um promotor na capital tratar da violência doméstica, enquanto aqui nós temos quatro.

Nós temos um prédio específico. E eu convidaria a quem desejar nos visitar, as portas estão abertas. Além disso, nós temos o núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher. Atualmente, eu estou na coordenação. Antes, estava a Drª Lucinery, que está aqui presente e, agora, estou eu na coordenação. E um dos objetivos desse nosso núcleo é exatamente fazer uma ligação maior com as demais promotorias do Estado do Pará. Todos nós sabemos que nosso Estado é continental, então essa ligação fica muito prejudicada. Então, essa é a forma por que o Ministério Público do Estado do Pará viu para tentar fazer com que o Estado diminua um pouquinho e que a atuação de todos os promotores seja uma atuação mais una, mais concentrada e de uma forma mais homogênea.

Somado a isso – e aqui eu também quero dar o meu testemunho pessoal e a minha tristeza pessoal também de estarmos perdendo a Drª Nazaré Saavedra, infelizmente, para nós, ela está tomando um rumo, mas, felizmente, para o Tribunal de Justiça, está ocupando um cargo ainda muito maior –, o Ministério Público, juntamente com a defensoria, com o Poder Judiciário, nós também temos esse grupo interinstitucional, no qual nós tratamos dessas políticas de implementação de políticas. E devo dizer – também não posso esquecer – que quem também faz parte disso é própria Polícia Civil, que é o braço direito e, muitas vezes, o braço direito e esquerdo na nossa atuação nessa violência. Grupo esse de que não tenho também conhecimento em muitos outros Estados neste País; não tenho conhecimento da existência desses grupos como há aqui, nos quais há reuniões quase que mensais, para que nós possamos estabelecer essas metas de atuação. Inclusive, muitas das inspeções realizadas e das visitas realizadas foram feitas não exclusivamente pelo Ministério Público, mas conjuntamente com juízes, com outros membros da rede, com Defensoria Pública e com a Polícia Civil.

Passando para a primeira pergunta – e eu acho que eu já até comecei a responder –, que é: Quais as ações que o Ministério Público tem tomado para essa implementação de políticas públicas?” Gostaria de fazer, primeiro, um esclarecimento: o Ministério Público do Estado do Pará...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Sandro, só um minutinho.

Nós pedimos aqui que as pessoas façam um pouco de silêncio. Entendemos que o horário já está bastante avançado, as pessoas estão cansadas, mas vamos fazer silêncio, porque isso facilita que as pessoas que estão falando se concentrem na sua fala.

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Vou procurar também ser o mais breve possível, apesar de que promotor gosta de falar muito, mas eu vou tentar ser o mais breve possível.

O Ministério Público do Estado do Pará, através da sua Corregedoria, possui todas as promotorias individualmente e, como núcleo, no caso da violência doméstica, nós somos obrigados a termos planos de atuação. São planos de atuação que, atualmente, são bianuais – antigamente eles eram anuais –, nos quais nós estabelecemos algumas metas para serem desenvolvidas 100% dentro desses dois anos. É óbvio que, independentemente dessas metas especificadas, nós temos as nossas atividades, e nada impede que outras metas surjam ao longo disso. E esse plano de atuação é totalmente acompanhado pela Corregedoria lá do nosso Ministério Público.

Então, todas essas políticas, além das políticas desenvolvidas com grupos interinstitucionais, são várias. Eu posso... Apenas a título de exemplificação de algumas delas que já estão estabelecidas e já estão em andamento para esse biênio, que seria o de 2012 e 2013, uma delas seria junto à área de segurança pública, junto à Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Segurança, ao Diretor-Geral da Polícia Civil, aqui no Estado do Pará, inclusive quanto à questão de uniformização da atuação da polícia. Porque o que nós vemos é que infelizmente ainda há uma disparidade da forma com que um delegado de Polícia Civil que é especializado numa atuação da violência doméstica tem, diferentemente de um delegado que é – a gente costuma dizer – serviços gerais. Então, esse é um dos nossos objetivos. Um outro que foi um tema também tratado aqui é a questão da saúde, do atendimento de saúde. Uma questão que foi inclusive objeto de pergunta – foi feita pela senhora – que é a questão da notificação compulsória, isso está incluído dentro do nosso plano de atuação.

Isso sem contar que, até por imposição constitucional, o Ministério Público é um órgão uno e indivisível, não impede que, em cada promotoria do Estado do Pará, em cada uma das comarcas e Municípios, que têm também os seus planos de atuação, atuam diretamente em políticas públicas. Porque, infelizmente, o Ministério Público teve que tomar esse tamanho que tomou hoje em dia pela omissão das políticas públicas que deveriam ser exercidas pelo Poder Executivo. Se o Poder Executivo tivesse cumprido com todas as suas obrigações, o Ministério Público não teria que entrar em tanto inquérito, tanto inquérito civil, tanta ação civil pública, como infelizmente ele tem que tomar por omissão desses entes.

Outra pergunta aqui é se o Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099, nos casos de violência doméstica. Apenas a título de esclarecimento, para aquelas pessoas que não têm conhecimento, são aqueles casos de transação penal, de negociação para tentar encerrar o processo penal.

Não, o Ministério Público não mais atua, sob hipótese alguma, nesses casos. Devo dizer que, enquanto coordenador desse Núcleo – e a Drª Lucinery também fez essas viagens para o interior –, o Ministério Público do Estado do Pará é dividido em 9 polos, que englobam aquelas comarcas em seu entorno, o Núcleo teve oportunidade de visitar 7 desses polos, faltando apenas 2, que a gente espera fazer nos próximos meses. Um dos objetivos era conversar com os colegas e se reunir com eles, porque alguns colegas ainda tinham uma mentalidade de violência doméstica, e ainda têm, porque ainda precisa haver essa capacitação. Não vou ficar aqui acusando, primeiro a gente tem que olhar para o nosso órgão. Ainda há alguns colegas que têm uma visão um pouco defasada. Mas um dos objetivos dessas reuniões foi dar uma visão mais atualizada, inclusive a que nos é trazida pelo Copevid, o grupo nacional de direitos humanos de que fazemos parte.

Um dos pontos centrais e seminais de toda a atuação dentro da violência doméstica é acabar com toda e qualquer hipótese, como está sendo previsto nessa pergunta, de ser aplicada a Lei nº 9.099. Inclusive, devo dizer que nós tentamos de todas as formas evitar aquelas enxurradas de arquivamento de inquérito policial. Posso dar como testemunhas os meus colegas, estou falando em nome deles. Muitas vezes, em caso de lesões corporais, não se aceita mais aquele art. 16 para lesões corporais em hipótese alguma. Quando, e isso não é raro, as mulheres não fazem o exame para ter o laudo de comprovação da lesão, ainda assim nós tentamos, de alguma forma, comprovar a materialidade do crime por provas indiretas. Como? Com testemunhos de policiais que constataram as lesões, com fotografias. A gente pede, às vezes, para que o delegado – qualquer pessoa tem um celular com uma máquina fotográfica – tire uma fotografia. Às vezes, apesar de que, eventualmente, nós temos umas ações um pouco refratárias, através de prontuários médicos. Ainda assim, quando nós não conseguimos por essas provas indiretas, a não ser quando não há prova nenhuma – porque também nós não somos irresponsáveis e não somos acusadores contumazes de querer acusar e condenar, nós não somos loucos nesse sentido –, nós, se não podemos denunciar por lesão corporal, nós denunciamos por vias de fato. Então, nós não simplesmente olhamos: ah, não tem laudo, arquiva; a não ser quando o bojo das provas não leva nesse sentido. Então, isso responde à pergunta.

Há capacitação permanente para promotores de justiça? Não, não há capacitação permanente. Esse é, inclusive, um dos projetos que há dentro do Núcleo. Nós trouxemos dessas reuniões da Copevid, eu trouxe especificamente de uma das últimas um projeto muito bacana, muito legal, que foi desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, no qual foi instituído um programa permanente de combate à violência à mulher. Não aquele negócio de uma semana de combate. Não, combate permanente. Agora, isso demanda tempo, isso demanda recursos, porque também demanda propaganda na televisão, que é gratuito, mas há a produção, há várias outras coisas que a gente está desenvolvendo e que já estão sendo desenvolvidas inclusive com visitas a escolas de 1º e 2º graus, como se dizia na minha época. Agora é ensino fundamental. Entreguei-me. Penso que não sou tão velho assim. O objetivo é que nós possamos, inclusive já mapeado, a partir do ano que vem, visitar todas as escolas de pelo menos cinco dos bairros considerados os mais violentos do Município de Belém.

A questão indígena. O Ministério Público do Estado do Pará não discrimina a mulher. A minha visão é que mulher é mulher, seja ela indígena ou não, porque, no momento em que você prioriza um grupo, você discrimina o outro. Então, é óbvio que o Estado do Pará não pode ser visto como um todo. Por quê? Porque, se existem várias regiões do Estado do Pará em que a questão indígena praticamente não existe, em algumas, ela é muito forte e, dentro de cada uma delas, a Promotoria tem aquela visão, sem esquecer que, quanto à questão indígena, o Ministério Público estadual esbarra numa questão de atribuição constitucional, porque, em certas áreas, o Ministério Público não pode atuar por ser área do Ministério Público Federal. Então, dentro daquilo que é possível, o Ministério Público atua. Não sendo, passa-se à questão federal.

A fiscalização dos estabelecimentos prisionais seria objeto de dois tópicos, mas eu vou responder por questão de tempo e até de esclarecimento, porque foi solicitado que informasse esses dados. Creio que, melhor do que informar, talvez seja obter, porque, aqui no Estado do Pará – não sei como é no resto do Brasil – existe – acredito que deva existir, pois isso foi uma determinação do Conselho Nacional de Justiça... O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela Portaria nº 2.702, de 2009, criou o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Esse grupo é composto de gente lá da superintendência, é composto por juízes, promotores, defensores públicos, todas as pessoas que trabalham nessa área, as quais desempenham um trabalho excepcional. Inclusive, no dia 22 de novembro, foi entregue ao Governador do Estado, num evento oficial... Se quiserem acessar o nosso site, há fotografia contando tudo sobre essa visita, à qual estavam presentes dois promotores, ocasião em que foi entregue um relato pormenorizado da situação carcerária no Estado do Pará. Inclusive, há um capítulo específico – Do Estabelecimento Prisional das Mulheres –, o qual pode dar noção talvez desse quadro que a senhora demonstrou, que é, de fato, uma grande preocupação.

Então, lá dentro, a senhora poderia encontrar todos os elementos que vão ajudar a subsidiar...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – No site do Ministério Público?

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Não. O site do Ministério Público... Está na página aqui. Depois posso mostrar-lhe. Mas no site há a notícia contando o dia em que foi feita a entrega.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nós temos como receber o relatório, Dr. Sandro?

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Tem. Eu penso que é mais fácil conseguir eu não sei se pelo Ministério Público, mas eu posso pedir aos nossos colegas, que eles devem ter cópia.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então nos repasse para a CPMI. Considero importante esse relato do Ministério Público.

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – O que foi feito nesse relato? Foi feita a constatação do que foi encontrado e as proposições para que sejam resolvidas essas questões. Isso foi feito de forma pormenorizada. Sem esquecer, Senadora, que é obrigação de todo Promotor de Justiça na área Criminal – e não é só no Estado do Pará – de fazer visita aos estabelecimentos carcerários em todas as comarcas em que atua, acompanhado pela Corregedoria. E, se nós formos ver, aqui no Estado do Pará, nós temos um sem-número de inquéritos civis e ações civis pedindo reforma, interdição, dentre outros, nos estabelecimentos prisionais. Não duvido que já exista em relação a isso daí, não sei se há uma ação, eu teria que fazer uma pesquisa; mas isso é fácil, basta chegar no *site* do tribunal, mas isso é muito comum, é uma briga muito grande.

Para complementar, quantos promotores há aqui no Estado do Pará, dentro da área de combate à violência doméstica? Na Capital, temos quatro, específicos. Nos interiores, não temos promotores exclusivos, ou seja, promotores que só trabalhem com violência doméstica. Mas temos promotores com atuação privativa que trabalham... Assim, vou dar um exemplo: temos três promotores criminais, só um deles atua na área da violência doméstica. Para quê? Porque, apesar de ele não trabalhar só com aquilo, ele tem uma especialização maior. E por quê? Porque os números de processos no interior não justificam a existência de um promotor com esse custo que é ter um promotor, com um custo de um *staff* em torno dele para, às vezes, lidar com 50, 60, 70 processos, enquanto que o número de processos criminais é de 2 mil processos, aí, ele fica ali com 100 processos; não seria nem justo com os outros colegas. Então, eles têm atribuições especiais, mas não têm atribuições específicas. Isso, nas comarcas em que há mais de dois promotores criminais; nas que há só um, este tem atribuição geral. Então, esse é o quadro do Ministério Público do Estado do Pará, no qual devo lhe dizer e devo repetir: estamos longe? Estamos longe. E acho que estamos longe principalmente num aspecto que está longe do aspecto material.

Já está sendo feito concurso para assessor, vamos ter assessor, poderemos nos especializar na questão extrajudicial que é mais importante na área da violência doméstica, não é só a questão... A questão dentro do Ministério Público, posso dizer, é uma questão de mentalidade, por quê? Porque na hora que o promotor tem o processo de um roubo e um de violência doméstica, ele vai dar prioridade para o roubo. Ainda há uma mentalidade, isso não é dentro do Ministério Público, isso é generalizado, inclusive, dentro da sociedade, de que a questão da violência doméstica não é prioridade. Além do que, dentro da nossa atuação, e posso falar também pelo Judiciário, tudo é prioridade: a infância é prioridade, a mulher é prioridade, réu preso é prioridade, só que, dentre as prioridades, a violência é deixada para segundo ou terceiro plano.

Então, acho que a maior luta nossa é de mentalidade, é mudar a mentalidade do juiz, é mudar a mentalidade do promotor, é mudar a mentalidade do investigador de polícia que recebe a mulher, quando ela está agredida, que vai falar que esta gosta de apanhar. Então, essa é a grande questão que temos que trabalhar; a questão material, a gente vai dando um jeito, a gente não vai dizer: “não, a gente não vai fazer isso porque falta papel”, a gente vai ali e compra, como já vi vários colegas fazerem. Então, não é o problema, a questão é mesmo mudar isso. Acho que o Ministério Público, do ponto de vista material e de interesse da administração superior, que é também mais importante, está do lado nosso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutor, aproveitando, acho que o senhor não responder a questão orçamentária. O senhor tem como nos informar...

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Pois é, a questão orçamentária, como eu disse, é una do Ministério Público; não existe dentro do Ministério Público orçamento para a Promotoria de Direitos Humanos, para a Promotoria de Violência Doméstica. Não. Cada promotoria, dentro das suas necessidades materiais, expõe para a administração superior nossa, através dos seus órgãos de administração, e eles vão disponibilizando, dentro das suas possibilidades e dentro da conveniência, aí já é conveniência e oportunidade; e, aí, vão vendo. Mas é como dei num testemunho anterior, até hoje, só me lembro de um não da administração superior, um não, que foi bem recente, que foi para que pudéssemos ir para o encontro nacional do Ministério Público na violência doméstica, que foi realizado há poucos dias, de 27 a 29 agora, deste último mês, no qual pegamos um não. Mas pegamos um não, por quê? Porque, como está sendo realizada hoje, inclusive, a eleição para procurador-geral de justiça, existe na nossa lei uma proibição de serem despendidos recursos para visitas diárias quando já não tiverem sido previstos anteriormente. Então, se formos ver, o não foi inclusive pela probidade administrativa que houve na administração. Tirando isso, até nas coisas que nós já pleiteamos em outras situações através de convênios, os procuradores-gerais sempre foram muito acessíveis ao que nós pleiteamos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Sandro, reitero aqui então a importância de vocês encaminharem para a CPMI o relatório da visita do Ministério Público no sistema prisional feminino aqui do Estado.

Da minha parte, Srª Presidente, não tenho mais perguntas a fazer.

Pergunto à assessoria. (*Pausa.)*

Da nossa parte então não temos mais perguntas a fazer.

Eu particularmente agradeço a presença do Dr. Sandro.

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Sejam todos bem vindos ao nosso Estado.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Esse relatório foi encaminhado mais ou menos em que data, doutor?

**O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO** – Foi entregue no dia 22 de novembro. Está aqui na página do *site*: “grupo de monitoramento fez a entrega oficialmente dia 22 de novembro ao Governador Simão Robison”. E o grupo é presidido pelo Dr. Cláudio Rendeiro.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Quero agradecer a todos. O meu abraço e os meus agradecimentos ao Dr. Barletta, pelo trabalho que vocês estão realizando.

O Deputado Carlos Bordalo, Srª Relatora, está querendo entregar o relatório que visou a investigação de tráfico humano no Estado do Pará. Ele, como deputado estadual, quer passar a V. Exª esse resultado.

Por favor, Deputado Bordalo.

Dando continuidade, chamamos agora a Drª Rossana Parente Souza, que está representando o Dr. Luís Carlos de Aguiar Portela, Defensor Público do Estado do Pará.

Eu pediria, Drª Rossana, porque vou ter que viajar, que fosse levado em conta o tempo de 20 minutos estabelecido.

**A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA** – Eu gostaria, primeiramente, de fazer a minha apresentação, embora a mesa já tenha dito o meu nome.

Rossana Parente Souza, atualmente no cargo de Chefe de Gabinete do defensor público-geral, que já me incumbiu de apresentar suas escusas pela ausência por motivo de saúde. Agradeço, primeiramente, o convite para estar aqui presente para prestar os esclarecimentos e inclusive já fazer algumas solicitações à comissão, que saúdo no presente momento.

Faço a leitura da pergunta ou já vou respondendo?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu vou fazer, doutora.

Quero primeiro agradecer a presença da senhora que está aqui falando em nome do Dr. Luís Carlos.

Tenho algumas perguntas que a senhora já tem em mãos. É importante que eu leia para que todos saibam o que a senhora vai responder.

Quantas defensorias da mulher existem no Estado?

Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas?

Há apenas um defensor para o réu que atua nas três varas de violência doméstica, ficando sobrecarregado e, obviamente, prejudicando o andamento dos demais processos, por absoluta incapacidade de o defensor estar em dois lugares ao mesmo tempo. Eu pergunto: quando a Defensoria Pública pretende designar um outro defensor para as varas de violência doméstica? E ainda: quantos defensores atendem o presídio feminino, e quando? Algumas detentas informaram que não têm acesso à Defensoria.

**A SRa ROSSANA PARENTE SOUZA** – O.k. Inicialmente, vou respondendo às perguntas gerais, que tratam tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública e do Poder Judiciário, esclarecendo que a Defensoria Pública tem um núcleo especializado de atendimento à mulher, que é o chamado Naem, que faz o atendimento em sede própria, com veículo próprio, conta com quatro defensoras públicas, sendo que uma se encontra em gozo de férias, que atendem tanto às medidas de proteção, que são ajuizadas em favor das mulheres, as ações cíveis de alimentos, de execução de alimentos, o divórcio propriamente dito, quanto ao acompanhamento das ações penais.

Esse núcleo também faz um atendimento interdisciplinar, que é com o auxílio de assistente social, pedagogo e psicólogo. Também faz, como trabalho preventivo, palestras nas instituições e escolas; e também temos a cartilha que foi apresentada agora na mesa, e trabalhos de grupo psicossocial das mulheres vítimas de violência através dessa equipe. Nós também temos um convênio com a Universidade Federal do Estado, que trabalha com um grupo de psicoterapia, que trabalha com a temática da dependência afetiva.

Nós também temos, na Defensoria Pública, o Núcleo de Atendimento ao Homem, que faz a defesa do homem, através de um convênio com o Governo Federal, e que atualmente conta com o Dr. Daniel Sabbag, que eu gostaria de cumprimentar, aqui também presente, além dos defensores da área criminal, que de maneira geral atendem também o homem agressor. Mas é bom ressaltar, nesse ponto específico, que a Defensoria Pública atende tanto à mulher que está naquele momento vítima de violência, como trata o agressor através do núcleo do homem.

Então, a gente gostaria de dizer que a Defensoria Pública vem fazendo seu papel, tanto no trabalho preventivo quanto na esfera judicial, para tentar minimizar a mazela da violência contra a mulher. Nós temos, no presídio feminino, um defensor que atua na execução penal, que é o Dr. Carlos Eduardo, um defensor muito atuante, que tem trabalhado muito na questão da implementação do berçário feminino, em razão da violação do direito da mulher encarcerada, que não possui o espaço apropriado, tendo que desmamar o neném logo no momento do nascimento.

E quanto às presas provisórias, nós temos o atendimento através do nosso Nacri – Núcleo de Atendimento Criminal, em que o defensor de referência é o Dr. Figueiredo, que atua mais na área de entorpecentes, porque sabemos que a maioria das mulheres são encarceradas em razão do cometimento do crime de tráfico de entorpecentes.

No interior do Estado, periodicamente nós fazemos os mutirões carcerários, porque nós temos, em razão da ausência de casas penais pelo interior do Estado, a transferência das mulheres para a capital, o que dificulta a tramitação dos processos. E aqui vai, já, o meu primeiro pedido à Comissão: que se faça uma moção destinada para que saia um provimento à Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça para que dê prioridade à tramitação dos processos em que figuram mulheres que sejam acusadas de crimes, porque esse é um dos maiores... enquanto não houver carceragem por todo o Estado, e as mulheres estejam aqui na capital e o processo em Jacareacanga, em Santarém, em Itaituba, há essas demoras e essas mulheres ficam abandonadas aqui na capital.

Em relação ao orçamento destinado pela instituição à política de combate à violência doméstica, neste ano de 2012, nós destinamos, com recursos próprios, a quantia de R$51 mil e, por meio de convênios, R$170 mil, num total de R$221 mil, sem contar com recursos de pessoal, dos defensores que são lotados, e de capacitações, que são recursos do nosso centro de estudos. Para 2013, nós temos uma previsão de R$243,1 mil, que são, exclusivamente, de recursos próprios, em razão de ter sido finalizado o convênio com a Secretaria de Reforma Judiciária, que é de Governo, de recurso federal.

Agora, passando para um segundo pedido à comissão que aqui se apresenta, gostaria de expor, lembrando que a Presidente Dilma declarou, em rede nacional, que 2013 será o ano da Defensoria Pública. Hoje, no Estado do Pará, nós temos a divisão do orçamento, no tripé da Justiça, da seguinte forma: orçamento do Tribunal de Justiça do Estado, percentual de 9,76%; Ministério Público, 5,15% do orçamento do Estado; e a Defensoria Pública, apenas 1,16%, o que dificulta muito a nossa atuação. Mesmo assim, acho que, talvez, até por isso, em razão das nossas dificuldades, a Defensoria Pública do Estado do Pará venceu, nacionalmente, como modelo de gestão, para todas as defensorias públicas do Brasil, para aquisição de linhas de crédito junto ao BNDES, para a modernização das defensorias públicas.

Hoje, a Defensoria Pública do Estado do Pará trabalha no tripé de gestão, para a qual eu convido todas as demais secretarias e instituições aqui presentes, enfim de que possam conhecê-la; seria o DDI - Demonstrativo de Desempenho Institucional. Nós trabalhamos com dados estatísticos dos trabalhos que são desenvolvidos pela Defensoria Pública, em percentuais de número de atendimentos, audiências e da produtividade. Trabalhamos com um plano diretor de informática, procurando informatizar todo o parque da Defensoria Pública, com o sistema de controle judicial de processos, que é o nossa SCPJ *Web*, por meio do nosso planejamento estratégico-institucional.

O planejamento estratégico-institucional é uma ferramenta administrativa em que você faz o diagnóstico de como está, aonde quer chegar e como vai chegar, podendo, assim, alocar o recurso da melhor forma possível. E nós também temos...

Neste exercício, ainda, fizemos um projeto que se chama Redescobrindo o Assistido, que facilita fazer o diagnóstico da Defensoria Pública e lotar o defensor onde há o menor índice de desenvolvimento humano e a maior demanda de processos. Então, nós, assim, também temos um controle maior de onde lotar o defensor público. Nós sabemos que defensor público é ouro no Estado do Pará. Algumas comarcas não o têm. Alguns defensores têm que criar o dom da ubiquidade, como o Dr. Daniel Sabbag, e alguns têm que, realmente, se desdobrar em várias comarcas, por esse grande interior do Estado.

Então, seria essa a nossa solicitação, de que os parlamentares aqui presentes, Senadora, que realmente dessem uma especial atenção à Defensoria Pública. Com isso, a situação de vulnerabilidade, por suficiente, vai ser mais bem atendida e vai ter a garantia de direitos mais bem assistida.

Quantas Defensorias da Mulher existem no Estado? Acho que já respondi. No caso, quatro, aqui na capital, sendo que uma defensora está de férias, sem defensor para substituir, a outra acumula. Pelo interior do Estado, nós não temos, como no Ministério Público, o defensor específico, mas nós temos os defensores de referência, nas regionais, que são, hoje, 12 na Defensoria Pública, que são as maiores comarcas.

Como a Defensoria Pública faz a defesa da mulher indígena?

Nós estamos finalizando nosso planejamento estratégico para o biênio, que, no caso, o Dr. Luís Carlos de Aguiar Portela assumiu atualmente, e nós, como área estratégica, definimos a defesa de grupos vulneráveis, entre os quais indígenas e quilombolas encarcerados estão incluídos. Nós temos vários programas que atendem a essa demanda, que é o nosso Núcleo de Direitos Humanos, nós temos o programa de Balcão de Direitos, que faz a expedição de documentos – RG, CPF, identidade, registro civil das pessoas nessa condição –, e também o programa Pai Legal, que busca o registro civil das crianças que não têm a paternidade na conciliação. Se houver ajuizamento da ação, o exame de DNA é realizado pelo Judiciário. Nós também temos as ações específicas de mutirões, sempre na vertente da atuação das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em relação à situação do Dr. Daniel Sabbag. Como eu já falei, há carência de defensor público em toda parte, mas também nós temos a previsão de fazer a promoção no próximo ano... Vamos fazer a remoção e já temos a previsão de 7 vagas para a capital e acredito que aí virá o suporte, mas esse processo da carreira jurídica, como todos sabem, é um pouco demorado, é burocrático. E aí eu queria dizer que, vindo 7 defensores para a capital, nós perdemos 7 defensores no interior do Estado. E é sempre assim a nossa situação.

Hoje, nós temos, no total de defensores públicos, 271 defensores públicos, de um total de 350 que a nossa Lei dispõe, que serão criados para defensor público substituto, que são cargos que hoje se encontram vagos.

Então, basicamente, é esse o nosso diagnóstico.

E também queria dizer que nós fizemos... Esta semana ainda, eu estive presente no Centro de Recuperação Feminino e atendemos a 100% das mulheres que devem ser assistidas pela Defensoria Pública no presídio.

Acontece que nós também temos o patrocínio da OAB. Então, seria já uma nova solicitação – vejo que não foi convocada para cá a OAB, para esta audiência pública – de que os advogados também estejam atentos aos seus processos. Também não é só nos centros de reeducação femininos, mas em todas as penitenciárias. E como a Defensoria Pública é o que mais atende nas casas penais, acaba sendo uma costa larga, digamos assim.

Eu queria cumprimentar o Superintendente, aqui presente, que sempre foi parceiro da Defensoria Pública, que tem ajudado nas demais ações. Juntos, vamos conseguir atender a todas as casas penais do Estado no próximo ano. Sempre foi uma missão que nós temos que cumprir, e nós vamos cumprir em parceria com o sistema prisional, dentro da Superintendência do Sistema Penal, que, mesmo com todas as suas dificuldades, com todas as deficiências que lhe são afetas, sempre atendeu à Defensoria Pública sempre que foi solicitado.

Eram estes esclarecimentos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Rossana, eu só pediria duas coisas à senhora: se tem previsão de concurso público para ampliação do quadro e se tem previsão, já, neste momento, antes do concurso público, de ter mais um defensor, pelo menos, para ajudar na defesa do homem agressor.

**A SRª ROSSANA PARENTE DE SOUZA** – Nós vamos fazer o concurso público, vamos abrir o edital, ainda estamos programando – o Dr. Portela assumiu agora em junho –, agora em 2013, como eu falei, para defensor substituto. Mas para o Dr. Daniel Sabbag, hoje, nós temos uma portaria, no Núcleo de Atendimento Criminal, que 5 defensores acumulam varas, do juízo singular. Então, a gente pode conversar com o Defensor Público Geral a esse respeito, mas a dificuldade é sempre a seguinte: eu posso destinar um defensor público para ajudar o Defensor Público Daniel Sabbag, mas eu vou estar tirando alguém de uma outra vara, que vai ficar descoberta.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque a situação está insustentável, pelo que eu vi. Um defensor para três varas? Não tem como, é impossível, é humanamente impossível.

Eu faria também uma solicitação para que a senhora encaminhasse no sentido de solicitar ao defensor público que atua na execução penal especial atenção às presas provisórias, já que algumas delas estão cumprindo prisão preventiva em excesso.

**A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA** – Como falei há pouco, fizemos um mutirão agora e estão sendo impetrados vários *habeas corpus* por excesso de prazo. Nós vamos conversar com a presidente do tribunal para que dê especial atenção ao assunto. Inclusive, há um *habeas corpus* coletivo, que atende todas as presas grávidas em razão de que não estão tendo acompanhamento de saúde – nós temos que fazer uma ponderação de valores e de direitos que estão sendo violados. Nós também pedimos que o Ministério Público dê atenção a esses *habeas corpus* que estarão sendo impetrados ainda na semana que vem.

Por fim, Senadora, eu gostaria de transmitir também uma reivindicação da nossa Coordenadora do Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher, Drª Arlete Rose. Ela pediu que se fizesse uma moção ao Fonavid, que é um fórum nacional de juízes que cuidam da violência doméstica: que retorne a competência híbrida das varas de violência, porque há um prejuízo à defesa dessa mulher quando o processo é desmembrado, ela vai ter que cuidar do processo de alimentos, do processo de divórcio, da medida de proteção e do processo na área criminal e, assim, ela não vai mais ter só uma defensora de referência, ela vai ter que ter dois defensores ou até três. A Drª Arlete Rose, acredito que no ano passado, fez um expediente com uma grande justificativa em razão desse desmembramento da competência da vara de violências, mas não houve resposta. Acredito que isso se deu porque é um órgão composto, é um fórum. Então, esse deve ser um pleito nacional.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Drª Rossana, só para informar a senhora: a CPI vai levar essa demanda para o CNJ, porque nós já identificamos esse mesmo problema em todos os Estados por onde passamos. A CPI vai formalizar isso junto ao CNJ.

**A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA** – Agora, tem que haver uma ponderação realmente para que haja um fortalecimento das varas, já que elas têm essa competência híbrida, porque o que tem acontecido é que os processos têm andado mais rápido – no de alimentos, a assistida consegue um alimento provisório com mais rapidez. Então, tem de haver esse fortalecimento da vara, senão, realmente, é inviabilizado o seu funcionamento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Da minha parte, Drª Rossana, eu não tenho mais perguntas a fazer. Eu agradeço profundamente as respostas que a senhora nos deu aqui hoje de forma sucinta e bem objetiva.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Drª Rossana, nossos agradecimentos por sua participação e colaboração.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, nós chamaríamos Nilse Souza, que é da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ainda está presente aqui?

Chamo também a Eunice Guedes e a Fátima Matos, do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Antes que as mulheres representantes do movimento social se manifestem, lembro que a CPMI tem ouvido também a sociedade civil durante as audiências públicas. Então, nesta audiência pública nós estamos destinando 15 minutos para cada uma delas, 5 minutos para cada representante, para que possam também se manifestar. Normalmente elas entregam também as suas demandas, as suas reivindicações, através de documento. Então, a CPMI abre esse espaço para que possamos ouvir também a sociedade civil.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Cinco minutos por favor.

**A SRª FÁTIMA MATOS** – Boa tarde a todas e todos, eu queria mais uma vez saudar a Mesa na pessoa da Senadora e das demais presentes. Quero cumprimentar meu companheiro Vereador aqui presente e também saudar todas as mulheres e os homens que estão aqui presentes.

Inicio dizendo que nós do movimento social negro, de direitos humanos, de mulheres feministas e não feministas temos uma preocupação também com o funcionalismo público. Nós sabemos que vocês estão aqui com determinados compromissos, com determinados graus de empoderamento, com determinados graus de instrumentalização, e o movimento social de mulheres e os demais movimentos afins que querem a melhoria da cidadania feminina e de outros têm essa preocupação.

Quando se coloca aqui toda a insuficiência e os problemas que a situação acarreta, sabemos que os funcionários estão trabalhando em péssimas condições. E os que estão, talvez, quem sabe, quiçá, em boas condições precisam estar mais instrumentalizados para concluir a efetivação dessas políticas.

Então, serei breve e prática.

Nós não queremos mais a não transparência nos recursos públicos existentes.

Eu estava comentando agora com as companheiras que é até vergonhoso para nós ainda não conhecermos as estruturas. Por exemplo, quando ele falou do juiz adjunto, nós sequer sabemos o que significa isso. Então, nós do movimento social...

Também quero reiterar que todos os marcos legais, todas as leis, todos os instrumentos e mecanismos existentes para a melhoria da população brasileira são fruto da luta da proposição dos movimentos sociais.

Agora, o que acontece? Há uma divergência da concepção de gestão entre aquilo que o prefeito, o diretor, o coordenador, o governador, a governadora ou seja lá quem for pensa e aquilo que o movimento pensa. Então, quando há essa distância, essa divergência, é evidente que a política fica do jeito que está.

Nós queremos transparência nos recursos públicos. Não queremos mais as populações tradicionais da floresta e suas especificidades invisíveis culturalmente e subnotificadas. Nós queremos que haja prontuário específico para todas as áreas, porque, pelo amor de Deus, prefeito, governador ou governadora que se preze tem que, quando iniciar a gestão, promover o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, o IDR – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à raça – e, depois, o Índice de Desigualdade de Gênero. Assim, nós saberemos exatamente a visibilidade e a situação em que tal população se encontra.

Queremos também que o Ministério Público tome ciência das questões diversas, específicas e das desigualdades existentes. É preciso realmente fazer o papel que lhe cabe.

Eu parabenizo você, porque realmente concluiu a sua fala com sucesso, mas falta muito mais.

Então, o Ministério Público tem que se dar visibilidade. Se você vai ao Bairro do Guamá, ao Bairro do Benguí, ao Bairro do Tapanã, uma pessoa que está lá – um morador ou um trabalhador de uma feira seja lá onde for – sequer sabe o que é. Só sabe que existe a sigla MP, mas não sabe da sua real função.

Que sociedade brasileira é essa? Que sócios somos nós que, através dos impostos e dos tributos, pagamos o funcionalismo, mas não sabemos onde está o Ministério Público, o que faz? Que cadeia é essa?

Nossa! Não dá mais. É vergonhoso. O movimento social prima pelo conhecimento da existência dessas estruturas, mas estamos cada vez mais distantes.

Quero também colocar que nós queremos saber mais sobre esse desempenho do desenvolvimento institucional, porque uma coisa é fazer numa relação intrasetorial; outra, numa relação intersetorial, que vai para fora, para além dessa estrutura. Precisamos saber mais. Para isso, vocês devem publicizar.

Eu sonho muito em entrarmos numa delegacia de polícia e encontrarmos lá tudo que é preciso pagar quando existe infrator, porque o que acontece? Quando o menor comete uma infração, a mãe tem que vender o rádio, a televisão, a geladeira para pagar uma taxa que ela nem sabe para onde vai. Então, a estrutura precisa estar cada vez mais transparente.

Concluindo, nós queremos mais concurso público, porque como um juiz, um desembargador vai lidar com tanto processo? Vai enlouquecer.

E quero também fazer uma denúncia.

Eu sou Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Pará. Compus a comissão que fez as alterações na lei. E até hoje o Sr. Governador não manda aqui para a Assembleia Legislativa para ser aprovado pelos Srs. Deputados e Srªs Deputadas.

Muito obrigada.

Infelizmente, não posso mais continuar. Queria falar muita coisa, mas quero dar vez para minhas companheiras, porque é necessário que cada vez mais o movimento social da população, que não é porta-voz da população, mas a gente tenta fazer com que nós sejamos porta-vozes dos anseios da população e que isso realmente tome um fim necessário, com uma providência necessária, real, qualitativa e equânime de gênero, raça e etnia.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Obrigada, Fátima.

Eu chamaria agora a Nilde Souza, por favor. Logo depois, a Eunice Guedes. Venham as duas para a gente adiantar, porque a comitiva vai ter que viajar ainda.

**A SRª NILDE SOUZA** – Boa tarde a todas e todos. Eu acho que a CPMI tem uma importância muito Grande, e nós temos que aproveitar esta oportunidade que esta CPMI está nos dando, não só para os movimentos sociais, mas para a sociedade como um todo e para os poderes constituídos neste Estado. A CPMI está nos colocando hoje aqui um retrato das nossas fragilidades. E isso não é pouca coisa, pois estamos aqui discutindo um Estado que é o quarto em violência, que tem um Município que está em primeiro lugar em assassinato de mulheres. Então, não estamos discutindo pouca coisa. Eu acho que isso deve fazer com que a gente reflita. Todos e todas que estão aqui.

Sabemos que aqui há profissionais, que há gente dos poderes que são compromissados, mas estamos já vendo, por esse retrato, que estamos vendo aqui que só o compromisso de muitos e muitas que estão aqui não está sendo suficiente para que a gente possa fazer o enfrentamento à violência contra a mulher neste Estado, para que a gente possa fazer o enfrentamento à violação que as mulheres vivem neste Estado cotidianamente.

Então, não estamos falando de uma coisa menor, como alguns disseram. Às vezes, ainda está na cabeça que violência é algo menor na sociedade, que violência é algo natural. Estamos falando aqui de enfrentar, como já foi dito aqui, a visão ainda e a concepção que está no Judiciário, que está no Executivo, que está no Legislativo, a concepção patriarcal, machista, fundamentalista. Nós mulheres vemos essa visão no cotidiano, quando somos atendidas. E não é pouca coisa que temos que enfrentar ainda.

Daqui, depois desse retrato que foi nos dado hoje aqui, tenho certeza de que ninguém está saindo tranquilo, porque está mostrando que temos muito ainda a fazer. Foi dito que o que nós temos, o pouco que nós temos ainda, e precário, foi conquista, foi luta. Para que a gente pudesse ter 15 anos, 16 anos atrás o primeiro serviço de aborto legal não foi fácil. As mulheres foram às ruas, toda a pichações das igrejas fundamentalistas contra, para se criar a primeira delegacia, os centros de referência, que estão fragilizados hoje. Foi muita luta, e são conquistas, e conquista não é para a gente jogar no lixo. Conquista é para a gente garantir. Conquista é para fazer a gente avançar ainda mais, é para a gente poder dizer que essa conquista ainda é pouco para o muito de que nós precisamos.

Então, esse também é um problema. Quer dizer, quando você garante, a Lei Maria da Penha não foi algo nos dado, não. São anos e anos. Anos e anos. Nas convenções internacionais, aqui em Belém do Pará. Foi reconhecido, na Convenção Belém do Pará, que os movimentos nem puderam chegar perto do Centur. Então, aquilo que a sociedade... É uma conquista que não é de só mulheres só. É uma conquista da sociedade. Dizer que violência é crime, dizer que violência é um atentado aos direitos humanos das mulheres, porque violência contra a mulher tem a ver com democracia. Se a gente quer aperfeiçoar nossa democracia, temos que enfrentar a violação que as mulheres, que a maioria da população sofre por ser mulher. Então, não estamos discutindo pouca coisa aqui nesta CPMI.

E nesse quadro que foi repassado, vimos também o quanto as instituições estão desarticuladas, o quanto nós ainda não cumprimos aquilo que está lá no início da Lei Maria da Penha, que diz: Violência contra a mulher não é uma questão da segurança, não é uma questão da assistência, mas é uma questão dos poderes como um todo. Violência contra a mulher tem que ser enfrentada pelos três Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E é uma pena que, mais uma vez, o Legislativo, com algumas exceções que estão aqui, esteja de costas para essa problemática, quando não vê a importância de uma CPMI. Cadê os Deputados e as Deputadas que não estão presentes? Mais uma vez estão ausentes nessa discussão.

**A SR. PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Nilde, por gentileza, um minuto, está bem? Obrigada.

**A SR. NILDE SOUZA** – Concluindo, temos visto também esse quadro que nos foi repassado aqui, além da desarticulação entre os Poderes, vimos o quanto os governos municipais, os governos como um todo não colocam nos seus planos uma política, um programa, um plano de prevenção e enfrentamento. Você não pode enfrentar a violência se você não tiver programa, não tiver plano. Você não pode enfrentar se você não tiver orçamento específico para essa problemática. E esse é um problema também, como alguém já disse aqui, a transparência. Que orçamento nós temos realmente no âmbito dos Estados e Municípios para prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher?

Eu tinha várias coisas mais, mas vou garantir o tempo para a outra companheira poder falar. Nós tínhamos 20 minutos, vamos usar 15, porque queremos dar um minuto para que seja lida uma carta dos movimentos que foi tirada aqui, no final. *(Palmas.)*

**A SR. PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada. Desculpe-me, Nilde, mas a gente tem que correr com o tempo. Eu lhe agradeço pela compreensão, agradeço toda a colaboração de vocês.

Eunice Guedes, que faz parte do Fórum de Mulheres da Amazônia.

**A SRª EUNICE GUEDES** – Já é boa tarde. Boa tarde a todas e a todos, às companheiras de todos os movimentos que estão aqui presentes na luta por uma sociedade sem violência, por um Estado sem violência.

Nós estamos na luta contra a violência não como uma política de Governo. Nós queremos uma política contra a violência como uma política de Estado; que não mude Governo, saia Governo e desmantele tudo o que a gente tem, coloque outro nome e continue por aí. A gente quer uma política de Estado em relação à violência.

Nesse sentido, a gente agradece a diligência e nos fizemos presentes nessa coisa tão importante que é esta CPMI.

Eu vou ser rápida, porque quero dividir minha fala, dois minutos para duas outras companheiras.

Eu queria colocar que, em relação à política penitenciária, a gente tem dificuldades, hoje, com as mulheres gestantes, inclusive em relação aos bebês. Nós temos quatro crianças – duas já foram para a família, mas dois bebês continuam – sem nenhuma ligação com a mulher que está no CRF. Então, um direito da mulher desrespeitado: um bebê com menos de um ano e uma criança, uma menina com menos de dois anos. Isso é comum nesse abrigo, o único abrigo que nós temos aqui em Belém.

Encontramos, no Hospital de Tratamento em Custódia Santa Isabel, uma jovem, primeira gravidez, grávida de quatro meses, com transtorno mental, de gêmeos. Ela foi presa. Em lugar de ela ser encaminhada para o HC, ela foi encaminhada para o CRF; do CRF, para o Hospital de Custódia e Tratamento. Nós temos um relatório, que vamos entregar para a CPMI, do Conselho de Sentença, onde o Ministério Público também estava presente, tanto do CRF quanto do Hospital de Custódia e Tratamento, para encaminhar para a CPMI.

Também queremos propor – como na nossa pauta e nesse mesmo espaço, em 8 de março, nós propusemos isso – que seja descentralizado o programa Aborto Legal e que os hospitais regionais deste Estado, como a gente propôs, assumam essa tarefa, no sentido de descentralizar esse importante serviço para as mulheres.

Notificação.

Só treze Municípios nesse Estado fazem a notificação. Nós precisamos investir na saúde no sentido de o resto dos Municípios do Estado – mais de 130 – notificarem, porque há uma subnotificação. Então, a ausência da saúde, da política de Estado é fundamental nesse campo.

Queremos também dizer que no PAM 2012 – fui eu que o encaminhei –, que é o Plano de ação e Metas em relação à questão DST/Aids não existe nada para a questão da feminilização da Aids. Não existe compra de camisinha feminina e não tem o *kit* planejado. Eu sei porque eu sou conselheira estadual de saúde e está na minha mesa e na outra comissão exatamente o exame do PAM 2012.

Então, esse também é um documento que eu não tenho, porque no momento eu não sabia, mas me comprometo a enviar esse PAM para comprovar isso.

Estamos querendo que o PAM 2013 garanta o atendimento às mulheres. Existe também um atendimento em violência...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dois minutos.

**A SRª EUNICE GUEDES** – ...em que várias regiões são fundamentais, que ocorre em Marajó, Baixo Amazonas e região metropolitana.

Em Santa Bárbara há quase 250% de casos de violência contra a mulher notificados, com dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública – dados do movimento. Esses dados a gente vai passar. Isso além da violência contra as prostitutas no Estado do Pará.

Eu vou encerrar aqui dizendo que a violência que a gente quer... A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer, não é o Estado que a gente quer e não é por isso que a gente luta. A gente luta por uma sociedade, por um país e por um mundo sem violência doméstica.

A nossa companheira Lorena vai ler uma moção. Depois, a Cláudia vai dar um depoimento.

Muito obrigada.

**A SR. PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Eunice.

Eu gostaria, apenas, que essas duas representantes indicadas fossem breves, porque estamos em cima do horário; senão, vamos perder o voo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Presidenta, antes de você falar, eu gostaria de solicitar ao Ministério Público que investigue a denúncia feita aqui por essa companheira do caso dessa mulher grávida no CRF e que também encaminhe isso para a CPMI.

Depois vocês conversam. Vamos continuar.

**A SRª LORENA** – Boa tarde!

Abreviando os cumprimentos, eu queria complementar a companheira Eunice e dizer que, além de a violência contra a mulher não ser o mundo que a gente quer, se há violência contra a mulher a gente mete a colher. Essa é uma das falas do movimento feminista. A violência contra a mulher é um problema da sociedade como um todo.

Diante da audiência, nós preparamos uma moção de repúdio ao desgoverno Jatene e à saúde, direito e vida das mulheres, no sentido de que não há nada mais desrespeitoso, duro e violento do que a violência contra a mulher. Pior do que isso é a omissão e negligência do governo estadual na implementação das políticas públicas em relação à situação de violência por parte dos vários órgãos, seja no âmbito judiciário e outros e, principalmente, no âmbito executivo, no que diz respeito á saúde, à segurança, à justiça e aos direitos humanos.

O Estado deveria garantir os direitos das mulheres, inclusive o direito à vida, porque, ao mesmo tempo em que a gente tem uma sociedade, um governo hipócrita – aí não estou falando só do estadual –, que condena o aborto e criminaliza as mulheres que praticam o aborto, existem governos omissos que deixam crianças morrerem dentro das mulheres, porque se uma mulher não faz o pré-natal durante a gravidez inteira, com certeza, não terá uma criança saudável.

Então, repudiamos o trato do governo, que se torna mais nítido com a ausência de vários secretários a essa audiência e a falta de dados concretos por parte do governo.

Esse é o retrato de como se lida com a sociedade civil, aqui representada pelos movimentos sociais. Nós queremos não é apenas transparência; quando os movimentos sociais estão aqui, infelizmente, a gente percebeu... Estou saindo um pouco da moção de repúdio, mas quero trinta segundos para dizer isso.

Nós não viemos aqui para um campeonato estudantil, porque pareceu que a gente estava numa sabatina. É isso. Enquanto a gente estava na oitiva parecia que estava aqui, quando saía algo positivo do governo, havia gente aplaudindo e quando a gente não tinha a resposta que queria, acabava havendo essas manifestações.

A violência contra mulher é algo grave, é algo que não só a mulher pobre, negra e indígena que está sujeita, é a sociedade como um todo e não só para mulheres e homens aqui presentes, todas as mulheres de nossas famílias e da sociedade estão propensas à violência.

Então, é fundamental se respeitar o Governo e o Judiciário quando aqui falam e é fundamental respeitarmos também os movimentos sociais que aqui estão na condição de representar a sociedade civil como um todo.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª CLÁUDIA MARTINS** – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos. Estou aqui para dar um depoimento como sociedade e como vítima de violência doméstica.

**A SR. PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Um minuto.

**A SRª CLÁUDIA MARTINS** – Convivi maritalmente com um homem, durante 10 anos, em que apanhei, fui humilhada, tanto verbalmente quanto fisicamente. Quando decidi denunciar, em 2003, fui e fiz o corpo delito, estava toda roxa, apanhei muito dele na madrugada em que ele chegou e nada foi feito. A Lei Maria da Penha não tinha entrado em vigor e nem sido sancionada. Em 2006, a lei já havia sido sancionada, quando havia me separado dele em 2005. Novamente, mesmo separada, as violências morais continuaram.

Fiz a primeira denúncia e nada foi feito, fiz a segunda denúncia e deixei o meu celular gravado com ele dizendo: vou te matar, vou dar um tiro na cabeça. Depois, acredito que de cinco meses, com três meses me mandaram buscar o meu celular, com cinco meses mandaram dizer que não tinham provas suficientes para eu ter as medidas protetivas, ou seja, se ele tivesse que cumprir o que me prometeu, que era me dar um tiro na cabeça, eu hoje não estaria aqui. Não sei se por uma providência divina ou sorte minha, ele não fez o que prometeu.

Depois de quatro anos, fui chamada, ele ia ser julgado e depois foi extinto o julgamento por falta de provas. Era o depoimento que gostaria de dar.

Obrigada a todos.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – O seu nome, por favor.

**A SRª CLÁUDIA MARTINS** – Cláudia Martins.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Cláudia Martins. Muito obrigada.

**A SRª CLÁUDIA MARTINS** – Tenho aqui e quero deixar com vocês, do inquérito, as minhas ocorrências.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Pois não. O.k. Muito obrigada, Cláudia.

Vou passar a palavra agora. Vamos dar a palavra, por 3 minutos, à Deputada Ana Cunha, para deixar registrada a sua colaboração, a sua participação.

**A SRª ANA CUNHA** – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora, a Deputada Federal Elcione e principalmente o movimento de mulheres que se faz presente e, como vocês muito bem colocaram, essa não é uma luta de hoje, é de sempre e tem que continuar sempre.

Cumprimento o Deputado Carlos Bordalo e a Deputada Tetê Santos que se faz presente, apesar de ser Secretária de Estado neste momento; os promotores de justiça que estiveram aqui presentes respondendo às perguntas.

Eu, como Deputada desta Casa, quero dizer, Senadora, que nós iremos juntas verificar todas as denúncias aqui colocadas; formataremos um grupo de deputados para que possamos *in loco* averiguar as situações e, acima de tudo, ir ao Governo do Estado para buscar soluções para as situações que foram aqui relatadas.

Acima de tudo também, parabenizo o trabalho que V. Exªs estão realizando em todo o nosso País, mas quero dizer que o enfrentamento da violência contra a mulher é uma realidade, inclusive quando se vê uma audiência pública de tamanha relevância, mas, infelizmente, deve ser levada com tanta falta da presença de pessoas. Sabemos que nós mulheres precisamos sim ter melhores políticas públicas que estejam ao alcance das nossas realidades cotidianas, porque a violência, Deputada Tetê, não se coloca à parte, ela se coloca no cotidiano muitas vezes; e é muito triste encontrarmos o relato da moça que acabou de dizer que não tinha provas para o seu parceiro ser condenado. Isso é muito triste.

E isso precisa mudar, Deputado Carlos Bordalo, não apenas com uma ação dessas. Mas, cotidianamente, a nossa tribuna ser voz para as ações principalmente de combate e enfrentamento da situação das mulheres.

Quero, mais uma vez, parabenizar a Deputada Elcione, e dizer que esta Casa estará sempre aberta às suas ações, aos seus projetos de Estado. E eu sei que a senhora briga muito pelo nosso Estado. Parabéns mais uma vez pelo seu trabalho. Obrigada pela oportunidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Obrigada, Deputada Ana Cunha.

Eu passarei agora a palavra ao Vereador Abel Loureiro. Três minutos também.

**O SR. ABEL LOUREIRO** – Boa tarde a todos, Srª Presidente desta reunião...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Só um instantinho. Vereador, só um minutinho.

Eu acabei de passar à mão da Senadora o relatório, mas ela quer que seja feito de uma forma mais...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Tem um documento para ser entregue? Porque eu soube que tem um documento a ser entregue. Se tem, o momento de vocês entregarem foi o momento da fala.

Então, por favor, antes disso...

(Procede-se à entrega de documento.)

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Candice, passe, por favor, o *e-mail* da Procuradoria para elas.

Bem, dando prosseguimento, nós passaremos agora, como última palavra, ao Vereador Abel Loureiro.

Por gentileza, Vereador, com a palavra.

**O SR. ABEL LOUREIRO** – Boa tarde a todos, Srª Presidente desta reunião, minha querida Deputada Federal Elcione Barbalho; Senadora Ana Rita Esgário, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional para o enfrentamento à violência contra a mulher; Deputada Ana Cunha; meus amigos; Deputado Bordalo; as delegadas que estão aqui presentes; Delegado Francisco Robério, como meu tempo é exíguo, eu queria pedir permissão à Srª Presidenta, para não contrariar a dinâmica quanto a perguntas, apenas para fazer um pequeno relato.

No último dia 30 de novembro deste ano, nós presidimos uma sessão especial em alusão ao Dia Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Esse é um projeto de lei nosso, que foi aprovado à unanimidade pela Câmara Municipal de Belém, e desde o dia 20 de janeiro de 2011, nós já temos a lei municipal, o que me engrandece bastante.

No entanto, gostaria de dizer que é com pesar que recebemos a comemoração dessas datas, e eu pergunto e respondo: Mas por quê, Dr. Sandro? Mas por quê? Discutir a temática da violência contra a mulher devia ser algo muito ultrapassado, com certeza, e que não precisaria de um dia ou de legislações para combater qualquer forma de violência ou agressão à mulher. Mas isso se a nossa sociedade fosse muito mais avançada do que realmente é.

Mas também eu reconheço a importância de se divulgar essa data, bem como qualquer legislação que confira proteção à sanidade da mulher em todos os seus aspectos. O nosso *slogan*, desde 2011, é e continuará sendo: Quem bate na mulher machuca a família inteira.

Para complementar, eu gostaria de lembrar também o seguinte: como Parlamentar e cidadão, Deputado Bordalo, eu, você, nós todos nos preocupamos com a proteção de nossas mulheres e, consequentemente, com nossas famílias.

A minha Senadora me pediu para encerrar. Só para complementar, Senadora – o que nos orgulha bastante –, acredito na sensibilidade do prefeito eleito para dar atenção especial a esta causa. Ele já sinalizou que fará, sim, Deputada, o Pro Paz Belém. Será uma bandeira nossa, de luta, junto ao novo prefeito, para que seja criado um espaço integrado de atendimento à mulher onde se fará o B.O., se fará a perícia, se dará o atendimento psicológico e tudo aquilo que for necessário para vocês mulheres.

Muito obrigado.

Boa tarde (*palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quero finalizar fazendo um agradecimento a todos vocês, a todas as pessoas que aqui vieram, responderam às questões, que se colocaram à disposição da CPMI. E agradecer a presença do movimento social e também agradecer à Assembléia Legislativa por nos ter cedido este espaço. Como relatora, quero agradecer também a documentação que aqui foi entregue pelo movimento social. Ficamos no aguardo das demais providências por parte dos poderes aqui constituídos, e das informações que ficaram de repassar no mais tardar na semana que vem.

No mais, quero agradecer, parabenizar vocês pelo trabalho, mas também desejar que as políticas de enfrentamento à violência aqui no Estado possam ser ampliadas, fortalecidas, para que as mulheres sejam mais bem protegidas nesses Estados.

Muito obrigada.

Era o que gostaria de dizer neste final. (*Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Srª Senadora, eu quero também, como Presidente, neste momento, da CPMI, agradecer a todos vocês, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboraram para essa construção, para a confecção desse relatório; e dizer também que estamos em Brasília, que somos Procuradoras da Mulher na Câmara Federal, escolhidas através do voto das Parlamentares.

Quero colocar a Procuradoria também e solicitar todo esse material que foi entregue hoje para que a gente possa fazer um esforço concentrado, junto com todas as Deputadas que fazem parte daquela Casa, para que, juntas com o Senado, possamos trabalhar cada vez mais no sentido de melhorar, de denunciar, de fazer o que for possível para que haja respeito e dignidade, acima de tudo, com as mulheres brasileiras.

O nosso e-mail é procuradoria.mulher@camara.gov.br. Aqui temos cartões à disposição, mas, como a Candice disse que já distribuiu, fica aí com vocês. A gente espera que possamos dar cada vez mais a nossa parcela de colaboração.

Muito obrigada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Permita-me passar mais uma informação?

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Esta audiência pública foi toda gravada, a degravação da audiência pública estará à disposição no site, na página do Senado. Vocês poderão acessar o www.senado.gov.br. Embaixo, tem um link dizendo: dê a sua sugestão. Ao clicar ali vocês estarão acessando também a página da CPMI. Então, as informações que foram aqui colocadas poderão ser obtidas daqui a alguns dias, mais ou menos uma semana. Vocês vão acompanhando que, no momento certo, estarão à disposição de vocês.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Não havendo mais nada a tratar, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada *(Palmas.)*

*(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.)*

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente